

bancariosdf.com.br

Ano 5 Número 7



# Extratos

Edição Especial

## Comissão da Verdade dos Bancários de Brasília

**MEMÓRIA E JUSTIÇA: RECONHECIMENTO DA LUTA DOS BANCÁRIOS QUE SOFRERAM PERSEGUIÇÃO APÓS INTERVENÇÃO NO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA**

**ADELINO CASSIS, PRESIDENTE DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA, E SUA LUTA CONTRA A DITADURA MILITAR**

**A DITADURA E A REPRESSÃO AOS TRABALHADORES EM ARTIGO ESPECIAL, O PESQUISADOR GILNEY VIANA TRAZ DADOS SOBRE A ESTRATÉGIA DOS MILITARES PARA REPRIMIR OS TRABALHADORES**



## Presidente

Eduardo Araújo de Souza (BRB)

## Secretária-geral

Maria Aparecida Sousa (BRB)

## Sec. de Finanças

Wandeir Souza Severo (Caixa)

## Sec. de Administração

Rosane Maria Gonçalves Alaby (Santander)

## Sec. de Imprensa

José Garcia de Sousa Rocha (Bradesco)

## Sec. de Comunicação e Divulgação

Adilson Antonio de Sousa (Caixa)

## Sec. de Formação Sindical

Antonio Abdan Teixeira Silva (Caixa)

## Sec. de Estudos Socioeconômicos

Cristiano Alencar Severo (BRB)

## Sec. de Assuntos Parlamentares

Louraci Moraes dos Santos (Itaú)

## Sec. Social e Cultural

Sandro Silva Oliveira (Itaú)

## Sec. Relações com a Comunidade

Saulo Rodrigues dos Santos (BB)

## Sec. de Saúde e Condições de Trabalho

Wadson Francisco dos S. Boaventura (BB)

## Sec. de Assuntos Jurídicos

Wesclly Mendes de Queiroz (BB)

Alfredo Núncio da Silva Sol (BRB)

Antonio Eustáquio Ribeiro (BRB)

Cinthia Damasceno Reis (BB)

Daniel de Oliveira (BRB)

Edmilson Wanderley Lacerda (Itaú)

Fabiana Uehara Proscholdt (Caixa)

Fátima Suzana Marsaro (BB)

Helenilda Ribeiro Cândido (Caixa)

Jaqueline Perroud do Sacramento (BB)

Jeferson Gustavo Pinheiro Meira (BB)

José Herculano Nascimento Neto (Caixa)

Kleytton Guimarães Moraes (BB)

Larissa Cristina Ribeiro Lopes (BV Financeira)

Lilian Julia Pires (BRB)

Maria Mônica Holanda Oliveira (BB)

Mariana Marques Gonçalves Ferreira (Caixa)

Marianna Coelho de Almeida A. Lopes (BB)

Paulo Wilson de Araújo (Caixa)

Rafael Zanon Guerra de Araujo (BB)

Rafaella Gomes Freitas (Caixa)

Raimundo Dantas de Lima (HSBC)

Renato Shalders (Caixa)

Roberto Alves de Sousa (Itaú)

Ronaldo Lustosa da Rocha (BRB)

Sergio Henrique Oliveira Silva (Caixa)

Talita Régia da Silva (Cooperforte)

Teresa Cristina Mata Pujals (BB)

Vanessa Sobreira Pereira (Caixa)

Vicente de Paula Mota Frazão (HSBC)



## Presidente

Eduardo Araujo  
presidencia@bancariosdf.com.br

## Secretário de Imprensa

José Garcia Rocha

## Conselho Editorial

José Garcia, Rafael Zanon,  
Antonio Abdan, Antonio  
Eustáquio e Paulo Frazão

## Edição

Régia Vitória, Renato Alves e  
Rodrigo Couto

## Redação

Régia Vitória

## Projeto gráfico e edição de arte

Valdo Virgo

## Diagramação

Marcos Alves

## Assistente de Arte

Fabricio Oliveira

## Fotografia

Guina Ferraz, Rogaciano José,  
Renato Alves, Ronaldo Lúcio  
Deorce, Cedoc

## Colaboração

Antônio de Pádua  
Maurício Pinheiro

**Sede** SHCS EQ 314/315 Bloco A - Asa Sul - Brasília (DF) - CEP 70383-400

**Telefones** (61) 3262-9090 (61) 3262-9010 (imprensa)

**Endereço eletrônico** www.bancariosdf.com.br **e-mail** imprensa@bancariosdf.com.br

**Tiragem** 5 mil exemplares **Distribuição gratuita**

Todas as opiniões emitidas nesta publicação são de responsabilidade da diretoria do SEEB-DF

## Ficha Catalográfica

E96

Extratos / Sindicato dos Bancários de Brasília. Vol.5, N.7  
(2015)-. Brasília: Sindicato dos Bancários de Brasília,  
2015.

ISSN: 2447-3162

1 - Sindicato dos Bancários de Brasília - Atividades.  
2- Comissão da Verdade. 3- Ditadura Civil-Militar - Brasil.

CDU – 331.88(817.4)(05)

331.881:336.71(817.4)(05)



## ■ Editorial

*A luta continua...*

Página 4

## ■ O Sindicato indica

*A Comissão da Verdade sugere uma série de leituras*

Página 5

## ■ Trabalhadores na nova capital

*Em meio às dificuldades de uma cidade ainda em construção, nasce o Sindicato dos Bancários de Brasília para defender os direitos dos trabalhadores*

Página 6



## ■ Um caso de amor com a luta

*Adelino Cassis: o legado de um dos principais presidentes do Sindicato*

Página 8

## ■ A luta de um guerreiro

*Verdadeiro socialista, pelas palavras de sua filha*

Página 10

## ■ A Comissão da Verdade

*Memória da justiça*

Página 14

## ■ Sindicato apresenta relatório da comissão da verdade dos bancários

*Encontro emocionou bancários e seus familiares*

Página 16



## ■ O Sindicato pede perdão a todos os bancários que sofreram injustiças da ditadura militar

## ■ Atividades da Comissão da Verdade

*A Comissão da Verdade dos Bancários de Brasília reúne informações e documentos sobre a categoria no período sombrio da história brasileira*

Página 17

## ■ Em memória de Alvimar Figueira da Fonseca

*Presidente da Associação dos Bancários de Brasília e primeiro presidente do Sindicato*

Página 19

## ■ 1º de Outubro

*Dia Nacional de Luta*

Página 21

## ■ Exposição

*As imagens da resistência*

Página 22

## ■ Antunes de Queiroz Chaves:

*Um dirigente inesquecível*

Página 23



## ■ A única sobrevivente da Casa da Morte

Página 24

## ■ Palhano: acima de tudo, sindicalista

*Viver para lutar. Lutar para viver*

Página 25



## ■ Trombas e Formoso

*Ditadura reprimiu trabalhadores de diversas categorias, dentre elas trabalhadores rurais*

Página 26

## ■ Bancários no Araguaia

Página 28

## ■ Frei Tito: a luta pela vida e pela democracia

*Por defender a democracia e os direitos humanos, o frade Tito foi duramente punido*

Página 29

## ■ Resgate da memória e da identidade da classe trabalhadora

Página 30



## ■ Sarau Poesias do Cárcere

*Inspirada nas obras de Alex Polari de Alverga, Gilney Viana e Pedro Tierra*

Página 32

## ■ A resistência dos bancários à ditadura militar

Página 36



## ■ Invasão na UNB

*O Massacre da Biblioteca. Dentre as diversas invasões na Universidade de Brasília, o Massacre da Biblioteca, onde estudantes foram mantidos reféns pelos policiais militares e alguns, presos e torturados*

Página 41

## ■ Filmes sobre a ditadura militar no Brasil

Página 44

## ■ A guerra não declarada aos trabalhadores

*José Francisco Barbosa, perseguido político*

Página 45

## ■ Manifesto 50 Anos de Resistência: 1964-2014

Página 46

## ■ Memória e verdade da Universidade de Brasília (CATMV-UnB)

*As violações dos direitos humanos contra alunos da Universidade de Brasília e a importância das comissões da verdade*

Página 47

# A luta continua...



**PARA QUE ESSA HISTÓRIA NÃO SE REPITA, O SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA CONTRIBUI NO RESGATE DA MEMÓRIA DO POVO BRASILEIRO, SOBRETUDO OS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA, AO APRESENTAR ESTA REVISTA**

**A**ngústia. Sentimento presente em quem vivenciou os anos de chumbo. A ditadura militar foi um período marcado pela supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão. Na década de 60, o país estava dividido entre os que apoiavam o golpe e os que sentiam o peso da inflação. Amparados pelos setores conservadores da sociedade, os militares tomaram de assalto o poder em 1º de abril de 1964.

Em Brasília, o Sindicato dos Bancários foi ocupado pelos militares. O Ministério do Trabalho indicou Juntas Interventoras para dirigir a entidade sindical. A direção anterior foi cassada, alguns dos filiados foram presos e outros fugiram para evitar a clausura ou a morte.

Alvimar Figueira da Fonseca e Milton Schelb foram os companheiros que iniciaram as atividades da Associação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brasília em 1960 e que, um ano depois, se tornou o Sindicato. Alvimar foi fundador e primeiro presidente do Sindicato e abriu as eleições para novos representantes que, por sua vez, também sofreram os ardores da Ditadura.

Adelino Cassis foi o sucessor de Alvimar e presidente do Sindicato na gestão de 62 a 64, exatamente no início do golpe, quando foi demitido, preso e perseguido pelos militares. Homem de luta, mesmo na clandestinidade resistiu à ditadura, realizando reuniões na antiga sede do Sindicato, no Edifício Palácio do Comércio, no início da avenida W3.

Além de Cassis, diversos companheiros que lutavam por melhores condições de trabalho e vida dos candangos foram alvo dos ditadores. Além da violência física, existia a violência psíquica. Muitas ameaças vinham em forma de conselho. Era comum bancários ouvirem: “se você se filiar (ao Sindicato) não vai receber promoção e pode até ser demitido”. Olhares, comentários ao pé do ouvido e isolamento eram métodos comuns vindos de gerentes ligados ao golpe para enfraquecer e destituir os sindicalistas.

No entanto, as atividades sindicais se faziam necessárias diante da conjuntura em que viviam os bancários à época. Além das dificuldades de infraestrutura da nova capital, médicos relatavam que a maioria dos casos de tuberculose e loucura nos hospitais vinha de bancários, devido ao ambiente estafante em que trabalhavam.

Para que essa história antidemocrática não se repita, o Sindicato dos Bancários de Brasília contribui no resgate da memória do povo brasileiro, sobretudo dos bancários de Brasília, ao apresentar esta revista que é resultado de uma das diversas atividades da Comissão da Verdade da entidade, instalada em 4 de dezembro de 2013. Neste exemplar, é possível conhecer um pouco da história dos que enfrentaram a censura e as imposições da ditadura civil-militar no Brasil.

Reconhecemos o trabalho, a coragem, o sofrimento e a angústia desses grandes homens e suas famílias, que contribuíram para que existisse a democracia que vivemos hoje, e possamos ter o privilégio de caminhar e nos expressar livremente.

Perdão e Gratidão.

**EDUARDO ARAÚJO**

Presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília

# O Sindicato **indica**

A COMISSÃO DA VERDADE SUGERE AS SEGUINTE LEITURAS:



## ■ Dossiê Ditadura - Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985

Autor: Imprensa Oficial  
Editora: Imprensa Oficial SP

## ■ 1968: O Diálogo é a Violência - Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil

Autor: Maria Ribeiro do Vale  
Editora: Unicamp

## ■ Brasil - 1964 / 1968 - A Ditadura Já Era Ditadura

Autor: Marcos Silva  
Editora: LCTE

## ■ Memória Política, Repressão e Ditadura no Brasil

Autor: Soraia Ansara  
Editora: Jurua

## ■ A Ditadura Militar no Brasil - Repressão e Pretensão de Legitimidade 1964-1984

Autor: Maria José de Rezende  
Editora: Eduel

## ■ A Ditadura no Brasil - Coleção por Dentro da História

Autor: Vinícius Caldevilla; Wanderley Loconte  
Editora: Saraiva

## ■ A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil

Autor: Ana Maria Colling  
Editora: Rosa dos Tempos

## ■ Desarquivando a Ditadura - Memória e Justiça no Brasil - 2 volumes

Autor: Santos, Cecília MacDowell; Teles, Edson; Teles, Janaína de Almeida  
Editora: Hucitec

## ■ Brasil: Nunca Mais Um relato para a História

Editora: Vozes

## ■ Propaganda e Cinema a Serviço do Golpe 1962

Autor: Denise Assis  
Editora: Mauad

## ■ Ninguém Pode Se Calar

Depoimento na Comissão Nacional da Verdade  
Autor: Pinheiro Salles  
Sindicato dos Jornalistas de Goiás

## ■ Bancários, 80 Anos de Luta Contra a Tenebrosa Máquina de Fazer Dinheiro

Autor: Adão Pires  
Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro

## ■ Os Inimigos Número 1 da Ditadura Militar Fascículo 1

Rebeldes Brasileiros  
Editora: Caros Amigos

## ■ Os Inimigos Número 1 da Ditadura Militar Fascículo 2

Educadores que desafiaram dogmas  
Editora: Caros Amigos

## ■ Em Busca da Liberdade

Traços das lutas de escravos no Brasil  
Autor: Emílio Gennari  
Expressão Popular

## ■ Poemas do Povo da Noite

Autor: Pedro Tierra  
Editora: Fundação Perseu Abramo

## ■ Poemas (quebrados) do Cárcere

Autor: Gilney Viana  
Garamond Editora

## ■ Inventário de Cicatrizes

Autor: Alex Polari de Alverga  
Teatro Ruth Escobar - Comitê Brasileiro pela Anistia

## ■ Fatos da Ditadura Militar no Brasil - Coleção Temas Brasileiros

Autor: Frederico de S.  
Editora: Martins Editora

## ■ História Indiscreta da Ditadura e da Abertura Brasil: 1964 - 1985

Autor: Ronaldo Costa Couto  
Editora: Record

## ■ OAB X Ditadura Militar - A História de Um Período Difícil Para as Instituições Democráticas

Autor: Cid Vieira de Souza Filho  
Editora: Quartier Latin

## PORTAIS

- [www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br)
- [www.pragmatismopolitico.com.br](http://www.pragmatismopolitico.com.br)
- [www.historiadigital.com](http://www.historiadigital.com)
- [www.arquivonacional.gov.br](http://www.arquivonacional.gov.br)
- [portal.mj.gov.br/anistia](http://portal.mj.gov.br/anistia)
- [www.cnv.gov.br](http://www.cnv.gov.br)
- [www.cut.org.br](http://www.cut.org.br)
- [www.memoriabancaria.wordpress.com](http://www.memoriabancaria.wordpress.com)
- [www.honestinoguimaraes.com.br](http://www.honestinoguimaraes.com.br)
- [www.documentosrevelados.com.br](http://www.documentosrevelados.com.br)
- [bnmdigital.mpf.mp.br](http://bnmdigital.mpf.mp.br)
- [www.comissaoverdade.unb.br/relatorios](http://www.comissaoverdade.unb.br/relatorios)

## Tribunal Russell II

- Coletânea de Livros fruto de cooperação firmada entre a Comissão de Anistia e a Universidade Federal da Paraíba no âmbito do Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia  
Editora: UFPB
- As multinacionais na América Latina - Tribunal Russell II;
- Contrarrevolução na América Latina Subversão Militar e Instrumentalização dos Sindicatos, da Cultura, das Igrejas - Tribunal Russell II;
- Chile, Bolívia e Uruguai - Atos da Primeira Sessão do Tribunal Russell II;
- Brasil, violação dos direitos humanos - Tribunal Russell II;
- Justiça de Transição - direito à justiça, à memória e à verdade.

# Trabalhadores na nova capital

Em meio às dificuldades de uma cidade ainda em construção, nasce o Sindicato dos Bancários de Brasília para defender os direitos dos trabalhadores

→ RÉGIA VITÓRIA

O Brasil vivia um momento mágico entre os dias 21 a 23 de abril de 1960. Foram três dias seguidos de festa pela inauguração da nova capital com atividades para crianças e adultos, concerto de música, show pirotécnico, prova automobilística, regata, parada militar com desfile de candangos e máquinas, dentre outras comemorações.

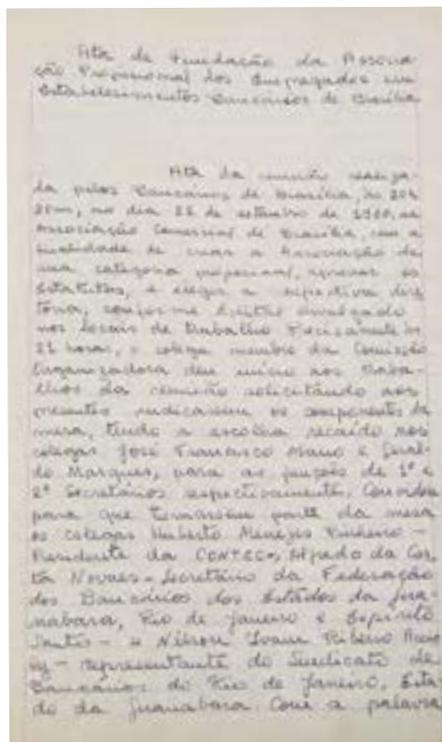
“Às 9h30 do dia 21 de abril de 60, no Salão de Despachos do Palácio do Planalto, cercado por seus Ministros e Embaixadores Especiais, o presidente Juscelino Kubstichek teve estas palavras curtas: Declaro inaugurada a cidade de Brasília, Capital dos Esta-

dos Unidos do Brasil! No mesmo instante, o Poder Legislativo e Judiciário confirmaram a inauguração do jovem Distrito Federal, que nasceu num dia de sol forte, e céu azul, a mais de 1.200 metros” (Revista O Cruzeiro de 07 de maio de 1960).

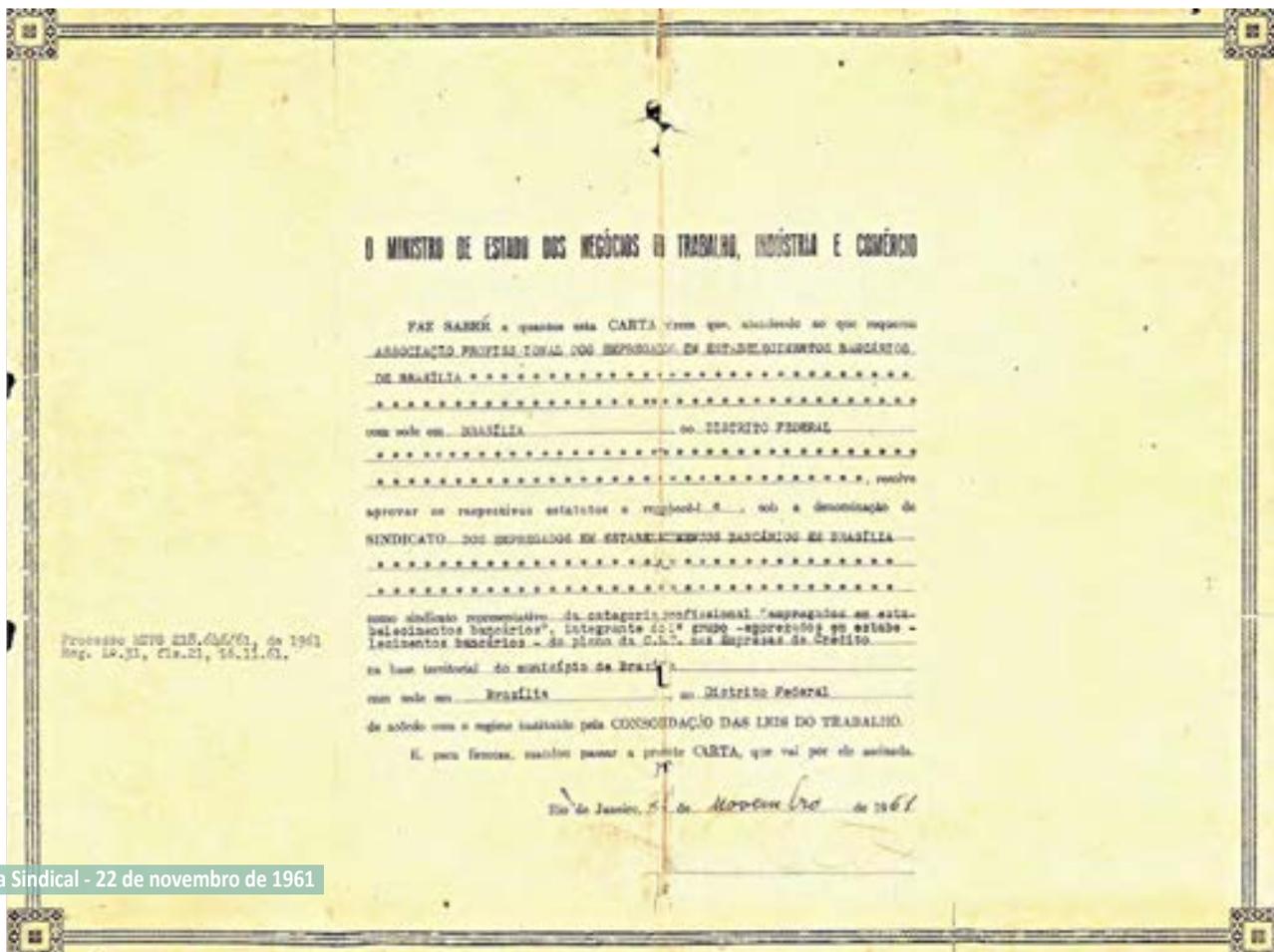
Além das festas na nova cidade, Brasília trouxe uma festa de esperanças para o povo brasileiro. Esperança de melhores oportunidades de trabalho, de crescimento do país e qualidade de vida. No entanto, seus primeiros anos foram difíceis. A cidade ainda não estava totalmente concluída quando foi inaugurada, faltavam transporte, saneamento, e era, praticamente, um imenso canteiro de obras.

Ainda demarcada por tapumes e ruídos de construção, bancários vieram atuar na cidade e passaram por dificuldades por causa do alto custo para se manter em Brasília. Nessa época, os trabalhadores sofriam com as disparidades salariais e com a carga horária exaustiva. A partir daí, trabalhadores das construções civis e, sobretudo, os bancários, se organizaram para conquistar melhores condições de trabalho.

Não tardaram a aparecer os sinais de conflito entre patrões/Estado e trabalhadores. Foi necessária organização dos empregados. Daí o esforço coletivo para criação da Associação Profissional dos Empregados em Estabelecimentos Bancários em Brasília. Al-



Ata de fundação da Associação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brasília, datada de 22 de setembro de 1960



Carta Sindical - 22 de novembro de 1961

Alvimar Figueira da Fonseca e Milton Schelb Filho foram os responsáveis pelo primeiro passo de fundação da associação.

O 1º Secretário da Associação, Schelb, contou que as reuniões funcionavam nas imediações do Banco do Brasil, no Setor Bancário Sul, onde eram discutidas as inquietações dos bancários e onde eram formuladas propostas de ação, alinhadas à corrente trotskista.

Tendo em vista as limitações de uma associação e a necessidade de representação política das atividades de luta dos bancários, o presidente da Associação, Alvimar Figueira da Fonseca, tomou a iniciativa de reunir toda a documentação necessária para transformar a associação em Sindicato. E assim, em 1961, nasce o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brasília.

Paralelamente a isso, o Brasil vivia um momento marcado pelo crescimento das lutas de massas. Com inflação ascendente e salários comprimidos, os trabalhadores entraram em cena disputando também mudanças no modelo de desenvolvimento,



QUANDO COMEÇAMOS O MOVIMENTO DE FORMAÇÃO DO SINDICATO, HAVIA CERCA DE 400 BANCÁRIOS AQUI EM BRASÍLIA. HAVIA PESSOAS DE VÁRIOS BANCOS, MAS A MAIORIA TRABALHAVA NO BANCO DO BRASIL

*Adelino Cassis*

que se materializaram na campanha pelas Reformas de Base. Foi nesse contexto que os bancários organizaram uma greve nacional que durou nove dias, de 18 a 26 de outubro de 1961, a maior e mais importante paralisação da categoria até então.

Testemunhos dão conta de que naquele momento, a luta dos trabalhadores só teria sentido se fosse em nível nacional. Por essa razão, foi fundamental a vinda de Adelino

Cassis para a capital, como articulador político nacional.

## Nova presidência

Em assembleia realizada em 1962 foi eleita uma nova diretoria do Sindicato. No mesmo ano, Adelino Cassis foi empossado. Em 1964, Cassis foi reeleito presidente para o seu segundo mandato que foi violentamente interrompido pelo golpe civil-militar de 1º de abril.

“Quando começamos o movimento de formação do Sindicato, havia cerca de 400 bancários aqui em Brasília. Havia pessoas de vários bancos, mas a maioria trabalhava no Banco do Brasil”, relatou Adelino Cassis a Extratos.



**Régia Vitória**

*Jornalista, especialista em mídia digital, escreve para blogs e portais*

# Um caso de am

**Adelino Cassis: o legado de um dos principais presidentes**



→ RÉGIA VITÓRIA

A história de luta do bancário Adelino Cassis iniciou ainda sob o governo de Getúlio Vargas, como dirigente do Partido Comunista em 1941. Quando veio a Brasília transferido do Rio de Janeiro em 1960, ano da inauguração da Capital Federal, fundou a Associação que um ano depois se tornou o Sindicato dos Bancários de Brasília.

Adelino Cassis tinha uma forma peculiar de estar à frente do Sindicato. Sua força e vitalidade para defender os direitos dos bancários marcaram época, num período em que o Brasil atravessava confrontos ideológicos e políticos. O próprio Adelino fala do importante papel de líder que desempenhou: “a razão de eu ficar na presidência é que eu sabia como organizar, eu vinha de uma experiência adquirida em várias outras entidades lá no Rio.”

No Rio de Janeiro, Adelino Cassis foi diretor e redator chefe da revista do Sindicato dos Bancários, no período de 1954 a 1961, ocasião que foi indicado pelo Partido Comunista para iniciar a organização do Sindicato dos Bancários de Brasília.

Cassis coordenou vitórias para a classe trabalhadora de Brasília. Foi o responsável pela primeira greve organizada pelo Sindicato em 1961, o fim do trabalho aos sábados, abonos semestrais nos salários e o anuênio. Com o golpe, foi demitido sumariamente do banco, teve a casa invadida diversas vezes e foi preso.



No início da ditadura, a luta sindical era ostensiva, ou seja, ainda era feita na legalidade. Mas o Partido Comunista já era ilegal, e Cassis, como militante do partido, foi preso. Cassis comenta como foi a prisão, em entrevista à revista *Extratos* em novembro de 2009: “eles me pegaram ali no Edifício Palácio do Comércio, no início da W3 Sul. Eu fiquei preso por cerca de dois meses. Fui mantido preso no Batalhão da Guarda Presidencial, o BGP.”

Desempregado, passou dificuldades financeiras. Os bancários se cotizaram para permitir a sobrevivência de Cassis e sua família, e, com essa ajuda, conseguiu abrir um restaurante que ficava no Setor Comercial

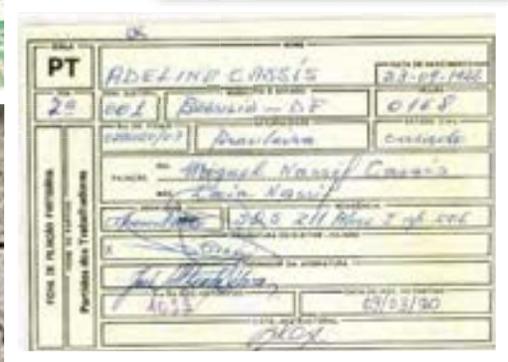
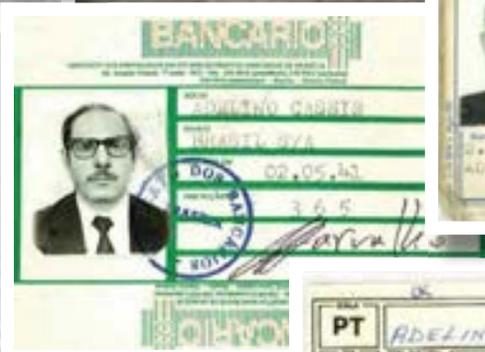
SE PUDESSE,  
FARIA TUDO  
OUTRA VEZ

# For com a luta

do Sindicato



ANEXO	
RELACÃO DE FUNCIONÁRIOS DO SETOR DE DIREITOS SOCIAIS, SOB PRECATORIO DO GOVERNO DE ESTADÍSTICA NACIONAL, DE ACORDO COM O ART. 10 DO ATO INSTITUCIONAL	
NOME	QUALIFICAÇÃO
1. ABELINO CASSAIS DA ROÇA	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
<b>2. ADELINO CASSAIS</b>	<b>Líder dos bancários em BRASÍLIA</b>
3. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
4. ADELINO CASSAIS	Téc. Prefeitos de Municípios - PE
5. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
6. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
7. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
8. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
9. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
10. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
11. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
12. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
13. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
14. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
15. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
16. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
17. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
18. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
19. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
20. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
21. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
22. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
23. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
24. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
25. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
26. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
27. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
28. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
29. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
30. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
31. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
32. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
33. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
34. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
35. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
36. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
37. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
38. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
39. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
40. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
41. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
42. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
43. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
44. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
45. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
46. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
47. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
48. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
49. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE
50. ADELINO CASSAIS	Assistente de Prefeitos de Municípios - PE



**FOI CANDIDATO ELEITO PARA A PRESIDÊNCIA DO SINDICATO NO MANDATO DE 62 A 64 E REELEITO PARA A GESTÃO DE 64 A 66, SENDO A SEGUNDA GESTÃO INTERROMPIDA PELO GOLPE**

Sul e se chamava o Tabuleiro da Baiana. No restaurante, o sindicalista sofreu muitas ameaças. “Os policiais iam lá, comiam, bebiam e saíam sem pagar a conta. Eles me ameaçavam de maneira sutil, mas ameaçavam”, lembrou.

Os atos de perseguição e tortura contra opositores ao regime endureceram após o Ato Institucional nº 5, o AI-5, decretado em 1968. Foi o período da censura à mídia, do exílio de vários militantes de esquerda e de diversas outras atrocidades. A resistência ao regime passou a ser mais comedida.

Em meados dos anos 70, Adelino Cassis, junto ao Partido Comunista, organizou um movimento para lutar pela anistia e para

ajudar as lideranças que foram perseguidas. Havia também uma associação de luta pela anistia, que durou até 1979, quando ela foi concedida.

Cassis não foi reintegrado, ele apenas voltou a trabalhar no Banco do Brasil. A reintegração envolvia uma série de benefícios que lhe foram negados. Apesar de todo o sofrimento, constrangimento e sentimento de injustiça, Cassis, até seus últimos dias, afirmava que “se pudesse, faria tudo outra vez”. Combatente incansável pelos direitos dos trabalhadores, faleceu em 31 de julho de 2011 e deixou seu grande legado da luta incansável por uma sociedade justa e democrática. 

# A luta de um verdadeiro socialista, pelo

Marcada por traumas causados pela ditadura, Dulcinéa Cassis

**O**s traumas da repressão vivida no período da ditadura é marca permanente nos sobreviventes, como a filha do presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília Adelino Cassis. Dulcinéa Cassis conta, em detalhes, o que presenciou durante o golpe e as lembranças do pai, um verdadeiro socialista.

**Extratos:** *Gostaria que a senhora contasse as lembranças que tem desse período em que seu pai atuou no movimento sindical, quando o Sindicato ainda era associação, quando vieram para Brasília. Conte as lembranças que tem de seu pai, Adelino Cassis.*

**Dulcinéa Cassis:** Quando íamos mudar para Brasília, ele disse que nos mudaríamos para uma cidade onde tudo é perto, na mesma quadra tem tudo. E nós chegamos no dia 7 de janeiro de 1962. Foram três dias de viagem. Éramos seis filhos (eu sou a quarta filha). O mais velho, na época, tinha 16 anos e a mais nova, a Márcia, tinha acabado de nascer. A viagem durou três dias, fazendo várias paradas. Fomos morar em um apartamento da 114 Sul



NO PERÍODO DE  
1964 A 1979, MEU  
PAI FICOU TENTANDO  
SOBREVIVER

porque ele era funcionário do Banco do Brasil.

E, segundo eu soube mais tarde, pelos documentos e pelas histórias, ele já estava no movimento sindical. Na época, a sede do Sindicato ou da Associação era na W3. Foi na gestão dele que compraram a sede do prédio Arnaldo Dumont Villares. Minha mãe sempre falava que aquela sede foi comprada por uma oportunidade e ele tirava dinheiro do próprio bolso para mantê-la. Durante toda a vida ele sempre foi muito generoso com os movimentos. Eu me lembro de que no início tinha uma atividade assistencial muito importante: a assistência odontológica. Havia lá o Dr. Araújo, um dentista de Catanduva, que tratava os dentes de toda a família.

Na época das greves, me lembro de que nós, filhos, panfletávamos na 114, que era a quadra dos funcionários do BB.

E no dia 1º de abril de 1964, meu pai estava viajando, estava no Rio para uma atividade política. Nós mantivemos um apartamento no Rio. Apesar de sermos de São Paulo, viemos do Rio. Ele viajava bastante. Participava das reuniões do PCB, era próximo ao Luís Carlos Prestes. E minha mãe, nesse dia, reuniu os filhos e falou: “Estourou a revolução. Seu pai foi cassado, está viajando e não sabemos quando vai voltar”.

Nessa época, eu tinha 10 anos. Na cabeça de uma criança dessa idade, o que estoura é bomba. E cassado é com “ç”. Então, a imagem que tinha era que estavam estourando bombas no Brasil inteiro e que meu pai estava sendo caçado. Em Brasília, naquela época, tinha muito cerrado. A 114 era a última das quadras. O resto era mato mesmo. Então, a imagem que eu fazia era do meu pai se escondendo no mato e os homens atrás dele com espingardas. E essa imagem se concretizou porque eles começaram



a ir lá em casa procurar meu pai.

Logo em seguida, todas as crianças estavam dormindo e não viram a situação, mas minha mãe contou que os “tiras” foram em casa de madrugada e ela falou: “Vocês podem entrar. E só vão encontrar crianças dormindo e muita fé em Deus”. Eles entraram e ela mostrava: “Aqui tem duas crianças dormindo, ali tem mais duas crianças dormindo, e no terceiro quarto tem mais duas crianças dormindo”. E eles nem entraram. Aí, quando chegou no quarto de empregada eles começaram a vasculhar, como se ele estivesse

# Um guerreiro, as palavras de sua filha

is, filha de Adelino Cassis, relata o que sua família vivenciou



escondido lá. Mas meu pai não estava.

A segunda e a terceira invasões foram quando eu estava presente. E marcaram muito. Gastei muito dinheiro com terapia para poder contar essa história de forma controlada, sem emoção mais forte, me permitindo falar.

A segunda invasão se deu na hora do jantar. Meu irmão foi atender a porta, espiou no olho mágico e estavam tampando. Ele achou que era brincadeira de algum amigo. Quando abriu, foram entrando. Eles se vestiam de terno preto e possuíam armas. Eu, com 10 anos, via que

estavam armados. E meu pai não estava em casa. Foi uma tremenda invasão, uma violência sutil. Ninguém bateu, ninguém agrediu. Mas me senti extremamente desprotegida.

Eles, então, vasculharam tudo, papéis, e reviravam tudo. Havia uma Bíblia de capa vermelha, em árabe, que era da minha avó Zahia, mãe de meu pai. E demos o nome dela ao café [comércio da família em Brasília]. Entre outros documentos levaram essa Bíblia porque acharam que era algum livro comunista. E realmente era um livro comunista, um livro socialista. O principal livro socialista que fala da igualdade. E foi nesse livro que meu pai recebeu as primeiras lições de igualdade, de fraternidade, bases do cristianismo ensinadas a ele por minha avó.

Nessa ocasião, eles fecharam a porta do quarto com meu irmão mais velho, Paulo Sérgio Ramos Cassis, à época estudante secundarista no Elefante Branco, e o ameaçaram. E quando saíram falaram para minha mãe: “Você tira esse rapaz daqui se não será preso”. Então, com 17 anos, meu irmão precisou sair de Brasília. Minha tia veio buscá-lo e ele foi terminar os estudos em Catanduva, interior de São Paulo. Depois voltou, prestou vestibular e se classificou em segundo lugar no curso de Engenharia. Posteriormente também foi perseguido pela ditadura. Mas esta é outra história.

A terceira invasão foi pela manhã. Eles novamente levaram muitas coisas. Dentre elas um radioamador que servia como rádio. Eles vasculharam tudo; minha mãe conta que eles abriam as cartas da minha avó para ela. Enfim, foi uma tremenda invasão no nosso lar. Novamente na presença dos filhos.

Não tenho muita noção, mas entre o dia 1º de abril até agosto, que foi quando ele se apresentou, é que ocorreram essas violências.



**ELES, ENTÃO, VASCULHARAM TUDO, PAPÉIS, E REVIRAVAM TUDO. HAVIA UMA BÍBLIA DE CAPA VERMELHA, EM ÁRABE, QUE ERA DA MINHA AVÓ ZAHIA, MÃE DE MEU PAI. E DEMOS O NOME DELA AO CAFÉ. ENTRE OUTROS DOCUMENTOS LEVARAM ESSA BÍBLIA PORQUE ACHARAM QUE ERA ALGUM LIVRO COMUNISTA. E REALMENTE ERA UM LIVRO COMUNISTA, UM LIVRO SOCIALISTA. O PRINCIPAL LIVRO SOCIALISTA QUE FALA DA IGUALDADE. E FOI NESSE LIVRO QUE MEU PAI RECEBEU AS PRIMEIRAS LIÇÕES DE IGUALDADE, DE FRATERNIDADE, BASES DO CRISTIANISMO ENSINADAS A ELE POR MINHA AVÓ.**

Ele ficou esse período na clandestinidade. O Banco do Brasil interrompeu o salário dele, foi demitido sumariamente, nós éramos seis filhos e minha mãe professora da Secretaria de Educação; e só não passamos fome porque os vizinhos todos, as senhoras mães dos colegas faziam uma coleta de alimentos e davam para a família. Nós íamos buscar e elas pediam que não falássemos para ninguém. Elas tinham medo que ficassem sabendo que estavam nos ajudando. Sofríamos uma discriminação muito grande. Tenho cenas muito fortes da minha infância. Filhos de funcionários do Banco falavam: “seu pai está preso”. Os próprios filhos de bancários nos discriminavam. As pessoas tinham muito medo, mesmo aquelas que ajudavam.

Não recebíamos ajuda da família. A da minha mãe ainda dava roupas usadas e coisas assim. Da família do meu pai não lembro de termos recebido alguma coisa.

Meu pai se apresentou e ficou preso no BGP. Eu lembro que íamos visitá-lo. Lembro-me do Dia dos Pais no BGP, me lembro de todas as vezes que tomávamos o ônibus e íamos até o Setor Militar para visitá-lo.

Em 1964, os presos políticos ainda eram bem tratados. Tínhamos esse privilégio, vamos dizer assim, de poder visitá-lo, de levar comida, etc. Ele ficou 50 dias preso preventivamente. Na véspera do aniversário dele, 23 de setembro, ele foi liberado para que fosse em casa, desde que acompanhado pelos “amigos” do papai. Mas eu lembro bem que eram os “tiras”. E assim tivemos uma comemoração de aniversário com a casa cheia de policiais.

Tem uma cena que não consigo localizar no tempo onde minha mãe queimou vários documentos que poderiam comprometer-lo. Ela fez uma fogueira dentro de casa, em uma lata. Coisas desse tipo.



**Extratos:** E depois da prisão? O que ocorreu?

**Dulcinéa Cassis:** Depois que ele foi liberado, precisava sustentar os filhos, que eram todos menores. Então, a primeira atividade dele surgiu com a cotização dos colegas que juntaram um dinheiro para ele começar um negócio. Sem experiência alguma, comprou um restaurante: o Tabuleiro da Baiana, na 104 Sul, onde funciona o Carpe Diem hoje. Na época, um irmão estava fora porque não podia estar em Brasília, o outro com 15 anos foi trabalhar como caixa. Precisamos dispensar as empregadas e minha mãe deu tarefas para mim e para minha irmã. Então, com 10 anos eu lavava banheiro, lavava e enxugava louça, varria a casa. E parei de brincar. E minha irmã Marisa também. E o outro irmão saía para estudar. Esse foi um período muito difícil para nós. Além da ausência do irmão e da perseguição ao pai, passamos muitas dificuldades financeiras.

E meu pai não tinha experiência como comerciante. Ao contrário, apesar de árabe, ele era comunista e queria sempre distribuir os bens, socializar o lucro. Então não deu muito certo como comerciante. Então, ia à falência, depois abria outra casa. Em uma época vendíamos marmitta em casa, alugava quarto, fazia de tudo para se virar. Todos estudavam em escola pública, mas eram seis bocas para alimentar. Ele vendia salgadinho na Rodoviária, vendia marmitta...

No período de 1964 a 1979, meu pai ficou tentando sobreviver.

**Extratos:** Não tinha perseguição, não teve mais problemas com os militares?

**Dulcinéa Cassis:** Não, porque ele permaneceu sem atividade política. Não militava mais. Passou a trabalhar para sobreviver e manter a família. Quem atuou politicamente, nesse período, foi meu irmão. Em 1968, na invasão da UnB ele foi um dos perseguidos e passou a viver na clandestinidade até 1979. Ele era do Partido Comunista do Brasil – PCdoB. Ele era amigo do Honestino Guimarães. Quando os dois apareciam na UnB sabiam que aconteceria alguma história.

Nesse período, de vez em quando meu pai era chamado para prestar algum depoimento. Houve um fato, hilário, que eles chamaram meu pai porque encontraram uma fotografia dele na Ilha do Governador, com Luís Carlos Prestes. Ele, então, explicou que havia sido no aniversário do Prestes. Que tinha uma filha que faz aniversário no mesmo dia e que haviam se encontrado. Eles se satisfizeram com a explicação. A filha sou eu e ele estava no dia do meu aniversário com o Luís Carlos Prestes.

Em 1979, com a anistia, ele foi aposentado pelo Banco do Brasil. Então, a gente teve que sair do apartamento funcional. Eles propuseram vender o apartamento, mas à vista. Enquanto que para os outros financiavam. Meu pai, então, comprou o apartamento e vendeu para tirar algum lucro para pagar dívidas que tinha. Com isso passamos a viver de aluguel e em cada ano estávamos em um canto diferente, porque também não tinha dinheiro para pagar aluguel.

Com 18 anos comecei a trabalhar e em 1974 eu passei no concurso do BRB e passei a ser arrimo de família. As coisas, então, passaram a melhorar. Meu irmão era do Banco do Brasil. Começamos a trabalhar e a ajudar financeiramente. 



**Dulcinéa Cassis**

Psicóloga, ex-bancária,  
filha de Adelino Cassis

# O Sindicato dos Bancários de Brasília *abre as portas à comunidade*



Construção de Sindicato em 1993



Incentivo à prática de esportes

**A**o longo de sua história, o Sindicato dos Bancários de Brasília vem ganhando respeito e admiração da sociedade por suas ações em conjunto com a comunidade. Além de lutas, reivindicações e greves para alcançar melhores condições de trabalho à categoria, o Sindicato oferece ações culturais que contribuem na promoção da cidadania.

Ainda em seus primeiros anos, durante a gestão Cassis, o Sindicato oferecia tratamento odontológico aos seus sindicalizados. A entidade já ofereceu cursos para melhorar os rendimentos dos trabalhadores em seus postos de trabalho. E hoje dispõe de teatro aberto à comunidade que recebe peças de todo o país. 



Protestos com arte



Festas eram comuns



Serviços odontológicos aos bancários e familiares



# A Comissão da Verdade, memória da justiça

→ RÉGIA VITÓRIA



O SINDICATO SOFREU INTERVENÇÃO DA DITADURA E BANCÁRIOS FORAM PERSEGUIDOS, TORTURADOS E CASSADOS, DAÍ A IMPORTÂNCIA DE SE FAZER UM TRABALHO DESSA NATUREZA

Centenas de bancários e seus familiares sofreram com os horrores da ditadura. Muitos desses horrores permanecem não esclarecidos. Ao esquecer o sofrimento, ficam perdidas as histórias dos trabalhadores heróis. Trabalhadores que não se abateram pelas imposições e pelo medo da tortura e da morte, e lutaram, enfrentaram forças muito mais fortes, por acreditarem que é na democracia que o país cresce com justiça. Compreendendo a importância histórica desses trabalhadores, o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brasília instaurou a Comissão da Verdade.

Os brasileiros merecem conhecer sua história e saber o que aconteceu no período

sombrio e antidemocrático iniciado com o golpe civil-militar de 1964. Cidadãos desapareceram e famílias foram dilaceradas pela falta de informações. Brasília tinha acabado de nascer quando a ditadura foi imposta e muitos companheiros bancários da então nova capital sofreram repressão.

A ditadura civil-militar foi um período político marcado pelas práticas de violação aos direitos humanos, por meio da censura, da perseguição política, da supressão de direitos constitucionais e da repressão àqueles que eram contrários ao regime. Teve início com o golpe em 1º de abril de 1964 com o afastamento do então presidente da república, João Goulart, e a entrada do Marechal Castelo Branco, até 1985.

Durante a ditadura, mais de 300 trabalhadores bancários de todo o país tiveram seus direitos violados, sobretudo os participantes do movimento sindical. Eles sofreram forte repressão por defenderem os direitos dos trabalhadores. Demitidos, presos, torturados, desaparecidos e/ou mortos, como, por exemplo, Aluísio Palhano, que teve, em 1991, uma ficha encontrada no arquivo do DOPS/PR (Departamento de Ordem Política e Social do estado do Paraná), numa gaveta, com a identificação “falecidos”, mas seu corpo nunca foi encontrado.

## Instalação

Para registrar a memória dos bancários de Brasília que contribuíram para avanços nos direitos trabalhistas da categoria em um dos períodos mais difíceis da história brasileira, foi aberta a Comissão da Verdade em 4 de dezembro de 2013 pelo presidente do Sindicato, Eduardo Araújo.

“O Sindicato sofreu intervenção da ditadura e bancários foram perseguidos, torturados e cassados, daí a importância de se fazer um trabalho dessa natureza para levantar a verdade a respeito desse obscuro mas importante período da nossa história”, contou o presidente.

A Comissão da Verdade dos Bancários de Brasília visa ocupar a lacuna de não terem sido processados os dados e a história de companheiros bancários que sofreram a perseguição executada pelo regime militar. E, ainda, para ter um produto documental que oriente e seja contador para o futuro dessa saga.

É muito importante que esse compilado de informações seja preservado, bem como os seus personagens e sua história de luta. É a história de Brasília e do Brasil. Uma história que não pode se repetir e por isso tem que ser disseminada, conhecida, ao ponto de ninguém no futuro querer tê-la de volta”, contou Josefa Santos, coordenadora executiva da Comissão.

“Expresso gratidão à atual diretoria do Sindicato dos Bancários de Brasília, por expor à geração atual e futura essa história, as opiniões e os sacrifícios desses valorosos personagens que contribuíram para que hoje vivamos em paz e com democracia”, completou Antônio de Pádua, integrante da Comissão.

## Documentos

Foi o CEDOC - Centro de Documentação do Sindicato dos Bancários de Brasília - que

cumpriu a tarefa de encaminhar todas as demandas da Comissão da Verdade. E, de forma exemplar, teve um olhar especial para a construção do Patrimônio Histórico do Sindicato. Com coordenação dos pesquisadores Josefa Santos e Antônio de Pádua, o CEDOC reuniu, com maestria, materiais por meio de jornais, entrevistas, pesquisas em arquivos da Biblioteca Sérgio Buarque de Holanda, nos Diários Oficiais da União dos anos 60, no Arquivo Nacional, no Arquivo Público do Distrito Federal e em acervos particulares.

O CEDOC tem a missão de tornar-se um espaço vivo da história dos bancários, com um olhar dinâmico do tempo (passado, presente e futuro), da luta por liberdades para todos, por cidadania, por melhores condições de vida e de trabalho, além da ampliação de direitos.

O trabalho do CEDOC permanecerá por muito tempo, visto a imensa quantidade de materiais a serem pesquisados, analisados e documentados. Para reunião desses documentos e informações, a participação da sociedade se faz necessária. Somente quem sobreviveu a esse período pode contribuir com riquezas de detalhes sobre essa parte da história brasileira, ainda em parte desconhecida. 



## Membros da Comissão da Verdade dos Bancários de Brasília



**Dulcinéa Cassis**  
Psicóloga, ex-bancária, filha de Adelino Cassis



**Eduardo Araújo de Souza**  
Presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília



**Ivan Andrade Coura**  
(in memoriam) Bancário aposentado e diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília em 1962 e 1964



**Lindomendes José de Almeida**  
Coordenador da Secretaria-Geral



**Antônio de Pádua Maia**  
Bancário e diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília nas gestões de 1980, 83 e 95



**Dario Nogueira**  
Advogado, bancário e diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília nas gestões de 86, 89 e 95



**Josefa Santos**  
Coordenação do CEDOC



**Maria Cristina de Souza Fonseca**  
Filha de Alvimar Figueira da Fonseca



**Maria do Carmo de Souza Fonseca**  
Esposa do diretor e fundador Alvimar Figueira da Fonseca



**José Francisco**  
Ex-bancário e perseguido pela ditadura militar



**Nair Heloisa Bicalho de Sousa**  
Professora da Universidade de Brasília



**Renato Alves**  
Jornalista e editor



**Wandeir Severo**  
Secretário de Finanças do Sindicato



**Silvânia Machado do Carmo**  
Assistente de Pesquisa do CEDOC

# Sindicato apresenta relatório simplificado da Comissão da Verdade dos Bancários de Brasília e pede perdão

*Encontro emocionou bancários e seus familiares*

A história de um povo deve ser divulgada até as últimas consequências. Os brasileiros merecem conhecer a sua história e saber o que aconteceu no período sombrio e antidemocrático iniciado com o golpe civil-militar de 1964, quando cidadãos desapareceram e famílias foram dilaceradas. Esta é a síntese do Relatório Simplificado sobre os bancários e familiares do DF vítimas da ditadura militar (1964-1985), elaborado pela Comissão da Verdade dos Bancários de Brasília, entregue à diretoria do Sindicato em 29 de maio de 2015 em evento na entidade.

Nesse mesmo dia foram entregues placas de homenagem e feito pedido de perdão para alguns bancários ou familiares desses bancários. Foram eles: Alvimar Figueira da Fonseca, Adelino Cassis, Antunes Chaves de Queiroz, Gilney Amorim Viana, Hamilton Pereira da Silva, Alex Polari de Alvarenga, Arildo Salles Dória, José Oscar Pelúcio, José Francisco Barbosa Oliveira, Fernando Arthur Tollendal Pacheco e José Vieira Fiuza.

O presidente do Sindicato, Eduardo Araújo, informou que, no ano em que o Sindicato completa 55 anos, a diretoria decidiu trazer à tona a história vivida por esses bancários, na época da repressão, para que não caiam no esquecimento fatos que destruíram a vida de muitos candangos. “Muita coisa foi perdida e esquecida, mas com muita pesquisa conseguimos honrar os nossos companheiros”, destacou o dirigente sindical.

O ponto alto do evento, que reuniu tanto vítimas do regime quanto familiares, foi o pedido de perdão a todos feito por Eduardo Araújo, em nome do Sindicato (leia o texto na página seguinte). “Nós nos comprometemos a estar juntos na luta contra o esquecimento e gritar: ditadura nunca mais!”. E garantiu: “Vamos continuar incansáveis na luta em memória desses companheiros”.



O bancário e membro da Comissão da Verdade Antônio de Pádua Maia contou que se emocionou muito durante a pesquisa ao descobrir uma série de coisas que aconteceram com os bancários e suas famílias, na época da ditadura. E disse que ficou muito honrado em participar do resgate dessa história.

Maria Cristina de Sousa Fonseca, membro da Comissão e filha de Alvimar Figueira da Fonseca, presidente da Associação e do Sindicato na gestão de 60 a 62, que sofreu as agruras da ditadura, destacou a importância do relatório e elogiou a iniciativa da atual diretoria do Sindicato.

“Infelizmente, muitos já não estão aqui para presenciar este feito, mas só o fato de a verdade vir à tona já é louvável. É uma grande oportunidade para que a sociedade conheça a luta pela democracia, mesmo que tardiamente”, ressaltou Maria Cristina, assinalando que o trabalho é muito bem recebido pela família.

Emocionado, o membro da comissão e bancário José Francisco Barbosa Oliveira con-

siderou o relatório um trabalho muito importante no resgate da história dos companheiros durante a ditadura. “Não tenho nem palavras para descrever o que estou sentindo, porque fui muito perseguido como jornalista, como professor e como bancário”, argumentou.

A diretora do Sindicato Louraci Morais recebeu o Relatório Simplificado da Comissão da Verdade, em nome da diretoria do Sindicato.

## Continuidade

Após o evento foi exibida nas regiões administrativas do Distrito Federal uma série de filmes que denunciam os horrores da ditadura militar, em atividades em conjunto com outros sindicatos e entidades sociais da comunidade. 22 títulos de filmes fizeram parte deste circuito.

O relatório simplificado da Comissão da Verdade dos Bancários de Brasília está disponível no site [bancariosdf.com.br](http://bancariosdf.com.br)

## O Sindicato pede perdão a todos os bancários que sofreram injustiças da ditadura militar

O Relatório da Comissão da Verdade entregue à diretoria do Sindicato busca apresentar algumas iniciativas que têm como pano de fundo resgatar para a nossa história de categoria profissional bancária o tanto que valerosos companheiros contribuíram também para a própria história do Brasil, principalmente nas lutas por democracia e liberdades no período obscuro que foi a ditadura militar (1964-1985).

Nisso a Comissão buscou construir uma pauta de inclusão de toda essa história para que nunca mais a esqueçamos. E assim, pelo seu relato, fazemos isso como reconhecimento que não pode ser diferente perante essa história.

Dessa forma, por tudo relatado e para essa vontade que queremos que seja continuada, fazemos isso agora e publicamente: reconhecendo serem justas todas as homenagens e agradecendo a todos eles.

Mas antes, temos a obrigação política de, nessa extensão histórica, reconhecer e fazer o devido reparo histórico do envolvimento da entidade com os seus associados e com a própria categoria; de ter sido muito pouco o que ela articulou em prol dessa saga.

Assim, quero em meu nome e como presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários de Brasília e perante a presença de todos, os quais agradeço por terem aceitado o convite para esse evento, apresentar aos homenageados e a todos o meu pedido de perdão e gritar: ditadura nunca mais!"

*Texto lido pelo presidente do Sindicato, Eduardo Araújo, por ocasião da entrega do relatório da Comissão da Verdade à diretoria da entidade.* 

# Atividades da Comissão da Verdade

- A Comissão da Verdade dos Bancários de Brasília reúne informações e documentos sobre a categoria no período sombrio da história brasileira. Dentre as diversas ações, aqui estão algumas delas.

## 2011

### JULHO



Em julho de 2011 foi realizada uma entrevista com Antunes de Queiroz, diretor do Sindicato nos anos 60 que foi preso, torturado e demitido do Banco do Brasil durante a ditadura. Viveu na clandestinidade, com uma longa história de luta para contar

### JULHO



Também em 2011 foi lançado o filme "1º de Outubro de 1981", documentário realizado em Brasília que mostra a organização dos movimentos populares para uma greve geral sob os punhos da ditadura civil-militar

## 2013

### DEZEMBRO

Instalação da Comissão da Verdade dos Bancários de Brasília



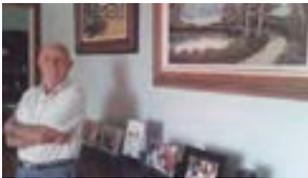
continua na próxima página...

# 2014

## FEVEREIRO



Parte da equipe da Comissão da Verdade vai a Belo Horizonte (MG) entrevistar a família de Alvimar Figueira da Fonseca, bancário que sofreu os ardores da ditadura.



É realizada entrevista com José Vieira Fiuza, bancário que também resistiu à Ditadura

## MARÇO

Em março, diversas pesquisas foram realizadas no Ministério do Trabalho e Emprego e nos Diários Oficiais da União da década de 1960

É realizada a 1ª Reunião do Comitê pela Verdade, Memória e Justiça do Distrito Federal para elaboração de um manifesto

## SETEMBRO



Peça "Tito, é melhor morrer do que perder a vida"

## DEZEMBRO



Lançamento do Portal Memórias da Ditadura no Ministério da Educação

Exibição do filme "Vou contar para meus filhos" no Encontro de Mulheres Bancárias da Fetec-CN/CUT no auditório da CUT-DF

Reuniões de pauta para o blog Memória Bancária, página na web que trará mais dados, relatos e informações sobre o enfrentamento de bancários à ditadura civil-militar

Exibição do filme "Damas da Liberdade" no Encontro de Mulheres Bancárias do Distrito Federal e distribuição de 92 cópias do filme "Vou contar para meus filhos"

## MARÇO

Encontro Nacional das Comissões da Verdade dos filiados da CUT Brasil e Rio

## JANEIRO

# 2015

Exposição com 22 painéis dos 50 anos da Ditadura da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República no Sindicato



A equipe da CVBB participa de debates sobre o Relatório da Comissão Nacional da Verdade no Fórum Legislativo Nacional de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados e participa de audiência pública e lançamento de livros sobre a ditadura



Entrega do relatório da Comissão Nacional da Verdade à OAB Federal no Dia Internacional dos Direitos Humanos

## ABRIL

Entrega do relatório da Comissão Anísio Teixeira da Verdade na Universidade de Brasília

## MAIO

Audiência com Sueli Aparecida Bellato na Comissão da Anistia do Ministério da Justiça



Começa a exposição fotográfica 32 Dias de Greve de Fome pela aprovação da Lei da Anistia., que durou dois meses no Sindicato



Homenagem com entrega de placas e pedido de perdão para alguns bancários: Alvimar Figueira da Fonseca, Adelino Cassis, Antunes de Queiroz Chaves, Gilney Amorim Viana, Hamilton Pereira da Silva, Alex Polari de Alverga, Arildo Salles Dória, José Oscar Pelúcio, Fernando Arthur Tollendal Pacheco, José Vieira Fiuza e José Francisco Barbosa



Sarau Poesias do Cárcere

## JULHO



Sessão Poesias do Cárcere (sessão extra)



# Em memória de *Alvimar Figueira* da Fonseca

Presidente da Associação dos Bancários de Brasília e primeiro Presidente do Sindicato



→ DE SUA ESPOSA, FILHOS, NORAS, GENRO, NETOS, ETERNAMENTE PRESENTE

AO CHEGAR A BRASÍLIA,  
SE DEPAROU COM A  
FALTA DE ESTRUTURA.  
JUNTAMENTE COM  
OUTROS COLEGAS  
FUNDOU A ASSOCIAÇÃO  
DOS BANCÁRIOS DE  
BRASÍLIA EM 1960

Algumas almas, mesmo com reconhecida grandeza de sentimento fraterno, nobreza de pensamentos e gestos de bondade, passam quase despercebidas pela história. Para elas, bastam os atos de doação. São almas solidárias e sábias, que compreendem a razão do sofrimento humano e permanecem eternamente jovens. Almas grandes assim já chegam ao mundo com brilho próprio.

Alvimar é, sem dúvida, uma dessas almas de personalidade forte e firmeza de caráter. Com seu exemplo de humanidade, enriqueceu nossas vidas, concedendo-nos o privilégio da sua convivência.

Participamos das lembranças emocionadas da infância vivida em Belo Horizonte, onde nasceu, em 06/11/1929, numa existên-

cia de poucos recursos materiais, mas rica em dignidade, respeito e amor familiar; das recordações da juventude vivida na rua Turmalina, palco de alegrias e tristezas, do primário no Colégio Olegário Maciel e do ginásio no Colégio Santo Agostinho.

Num dos carnavais de sua juventude, encontrou a namorada que se tornaria sua esposa e mãe de seus cinco filhos. Considerava-se com sorte na vida, por encontrar sua esposa, companheira e cúmplice de todos os momentos, e por ter trabalhado no Banco do Brasil.

Homem de muitos ofícios, aos quatorze anos desenhava para a fábrica de móveis Minart. Exerceu a função de contrarregista na Rádio Inconfidência e trabalhou na Feira de Amostras da Secretaria de Agricultura. Iniciou-se no curso de Filosofia, com o in-



Carro que trouxe a mudança da família de Alvimar à Brasília



Brasília apresentava novas oportunidades e esperanças para família de Alvimar



Casa em que a família de Alvimar se instalou em Brasília em agosto de 1961



Um dos filhos de Alvimar em frente à residência



Família de Alvimar em passeio pela capital

Acervo Particular da Família

tuito de ser professor de Matemática, mas foi com a aprovação no concurso público para o Banco do Brasil que encontrou sua profissão, laborando em agências na cidade do Rio de Janeiro, onde tomou posse em 17/05/1952; em Curvelo e Pará de Minas, no interior de Minas Gerais; em Brasília, Distrito Federal; em Patos, na Paraíba, e, após ter sido anistiado, em 1980, em Taubaté, no estado de São Paulo, onde se aposentou.

No início dos anos 60, Brasília prometia ser a mola propulsora de uma era de progresso para o país. Em janeiro desse ano, cheio de esperanças, Alvimar se mudou para lá, tornando-se um dos pioneiros na implantação da nova capital. Ao chegar, deparou com a falta de estrutura do lugar, ainda em construção. Juntamente com outros colegas, fundou a Associação dos Bancários de Brasília, em 22/09/1960, sendo eleito seu primeiro presidente. A finalidade inicial de recepcionar e alocar os bancários de forma adequada às necessidades das famílias foi ampliada para atender a outras demandas da categoria. No entanto, sua família, ainda em formação, só pôde se mudar para a nova capital em agosto de 1961.

Na posse de João Goulart, em 07/09/1961, como fundador e então presidente da Associação, Alvimar recebeu a solicitação expressa de transformá-la no Sindicato dos Bancários de Brasília, o que ocorreu em fevereiro de 1962, sendo ele eleito 1º Secretário-Geral, na primeira diretoria eleita. Em fevereiro de 1964, foi reeleito e, logo após, colocado à disposição do Gabinete da Presidência da República, e nomeado delegado do Instituto de Assistência e Previdência dos Bancários (IAPB).

Todos os que acompanharam os acontecimentos da implantação da ditadura, em 1º

de abril de 1964, não de se recordar do artigo “Banca no Banco”, publicado no extinto jornal carioca Correio da Manhã, artigo este de autoria do jornalista Carlos Heitor Cony, que denunciava a invasão dos militares na direção geral do Banco do Brasil, para comandar um odioso processo de injustas punições (transferências, destituições, demissões, etc.) dos funcionários, apontados como militantes do movimento sindical e taxados de “comunistas”.

Os atos de perseguição política a Alvimar tiveram início com sua prisão, em 01/04/1964, por um período de 28 dias e, em junho do mesmo ano, por outros 52 dias. Posteriormente, em 26/08/1964, foi decretada sua transferência compulsória para a cidade de Patos/PB, tendo sido aposentado no cargo de Escriturário, em 09/10/1964, com 41% de seus proventos.

Como não era homem de desanimar diante das adversidades e sonhando com um país melhor e mais justo, ele encontrou forças para prosseguir. Com vocação para a administração, foi comerciante, empresário em indústria de vestuário e fazendeiro, empreendendo tais atividades com versatilidade e consciência social, sintetizando sua pessoa e sua conduta em uma palavra: honestidade.

Com a reabertura política, sancionada em 1980, foi ele anistiado e retomou suas atividades no Banco do Brasil, na cidade de Taubaté/SP.

Alvimar era apaixonado pela literatura e pelas questões humanas, dedicando-se a isso e à vida familiar, em sua aposentadoria. Seus últimos anos destinaram-se à descoberta de seus antepassados, bem como ao estudo de sua árvore genealógica, para que seus descendentes conhecessem a história da família e suas origens.



# 1º de Outubro de 1981

## Dia Nacional de Luta

→ MAURÍCIO GOMES PINHEIRO

O documentário realizado em Brasília em outubro de 1981, e remasterizado digitalmente em novembro de 2011, com duração de 20 minutos, mostra a organização dos movimentos populares no dia 1º de outubro de 1981 na Capital Federal, data indicativa para uma greve geral no País sob os punhos da repressão da ditadura militar.

O sindicalismo que havia sido dizimado pelo golpe militar brasileiro de 1964 é retomado ainda durante a ditadura no fim da década de 70, fortalecido pela indignação da massa trabalhadora que, além da repressão política e do arrocho salarial, era enganada de forma escancarada com a manipulação dos índices de inflação pelo Governo Federal.

Esta retomada foi marcada por um período de muitas greves, pelo surgimento de lideranças entre trabalhadores e pela proliferação de ideologias e bandeiras.

O movimento que crescia precisava de direção e logo em janeiro de 1980 a Comissão Nacional da Unidade Sindical, representando sindicalistas de todo o Brasil, reuniu-se e decidiu que os trabalhadores deveriam lutar por um salário mínimo real e unificação, garantia no emprego, reforma agrária e combate à carestia.

Para isso, foram programados o 1º de Maio nacional unificado e a realização do 1º Congresso das Classes Trabalhadoras de onde surgiu a Conclat – Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras em agosto de 1981, que ocorreu na Praia Grande, em São Paulo, a primeira grande reunião intersindical realizada no Brasil desde 1964, com representações de várias facções do sindicalismo brasileiro e cerca de 5 mil trabalhadores, entre eles o Lula, que já era uma das grandes lideranças, e Zé Francisco, à época presi-



*O 1º de Outubro de 1981, proclamado pela Conclat e organizado pela Comissão Nacional Pró-CUT, como Dia Nacional de Luta. Este foi o marco do avanço do amadurecimento sindical, político e social da classe trabalhadora em Brasília. Ao meio-dia na Capital Federal, na Praça do Povo, líderes sindicais brasilienses, artistas, estudantes secundaristas e universitários, trabalhadores de todas as classes sociais, moradores em invasões e lixões, se juntaram a Lula e a Zé Francisco, da Contag, fazendo ecoar em uma só voz a luta pelo direito ao trabalho, contra o arrocho salarial, pela dignidade de vida e a liberdade de expressão*

dente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, e outros importantes líderes da classe trabalhadora brasileira.

Na pauta constavam assuntos como: direito ao trabalho, saúde, previdência social, política econômica e social, problemas nacionais, entre outros. Além disso, havia o projeto de criação de centrais sindicais que atendessem as demandas daquele momento das classes trabalhadoras no Brasil.

No plano de ação foi aprovada a convocação de um dia nacional de luta em 1º de outubro de 1981 e a indicação de uma greve geral no País. Em Brasília a manifestação aconteceu em toda a cidade e o encontro foi marcado na Praça do Povo no Setor Comercial Sul.

Ao meio-dia, líderes sindicais brasilienses, artistas, estudantes, trabalhadores de todas as classes sociais, moradores em

invasões e lixões se juntaram a Lula e a Zé Francisco da Contag fazendo ecoar em uma só voz a luta pelo direito ao trabalho, contra o arrocho salarial, pela dignidade de vida e a liberdade de expressão...

Marco do recomeço da história de luta e do amadurecimento sindical, político e social da classe trabalhadora em Brasília, o filme é um registro deste importante momento: a 1ª manifestação popular da comunidade brasiliense que mostrava sua verdadeira cara, diante da ditadura militar instalada no país desde 1964. 📺



**Maurício Gomes Pinheiro**

*Ex-bancário, Jornalista, Cineasta e Fotógrafo*

# As Imagens da Resistência

A exposição "A Ditadura Militar no Brasil 1964 a 1985 - A verdade da repressão. A Memória da Resistência" relata, por meio de fotografias, parte da história de terror brasileira e alguns dos seus sobreviventes. Faz parte do projeto "Direito à Memória e à Verdade" da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. E também é uma das atividades desenvolvidas pela Comissão da Verdade dos Bancários de Brasília. A mostra ocorreu do dia 8 a 13 de dezembro de 2014 na 314 Sul, sede do Sindicato.



Interior do Presídio Público do Rio de Janeiro, no 12º andar, mostrando portas fechadas das celas, um carrinho de bebê e um banco, e iluminação decorada com uma propaganda do Rio-Chester.



Os 14 presos políticos do Rio de Janeiro no pátio do Presídio Frei Caneca no 32º dia de greve de fome. Em pé: Paulo Roberto Jabur, Gilney Viana, Carlos Alberto Salen, Jovao Pavao Neto, Jorge Santos Dória, Jorge Raymond, Antonio Mattos e Percy Cipriani. Sentados: Paulo Henrique Lima, Alex Polari, Nelson Rodrigues, Manoel Henrique Pereira, José Rezende e Nelson da Silva.

Em comemoração aos 36 anos da Lei da Anistia, foi realizada uma exposição com imagens da Greve de Fome dos Presos Políticos de 1979. A mostra aconteceu no Sindicato do dia 25 de maio a 24 de julho de 2015. Nas imagens, o preso político Paulo Roberto Jabur registra diversos momentos da Greve de Fome que durou 32 dias no presídio de Frei Caneca, Rio de Janeiro. O manifesto aconteceu em repúdio ao projeto governamental de Anistia Parcial e em apoio às lutas pela Anistia Ampla, Geral e Irretrita. Iniciada a greve em 22 de julho pelos presos políticos de Frei Caneca, o manifesto teve continuidade nos presídios de Itamaracá-Recife (PE), Fortaleza (CE); Natal (RN); Penitenciária Feminina de São Paulo (SP), Barro Branco (SP) e Lemos de Brito-Salvador (BA).



Artistas entre os presos políticos no pátio da prisão. Em pé: Carlos Alberto Salen, Jessara Freire, Maírcelio Caldeirão, Wladimir da Silva, Elton Maranhão, José Américo, Percy Cipriani, Nelson Rodrigues, Jorge Brito, José Rezende, Rui Reverde, Alécio Lourenço, Gilney Viana, Lucélia Santos, Jorge Santos Dória, João Werchling, Jorge Raymond, Antonio Mattos, Sentados à Frente: Inca de Castro, Maria Sílvia, Sônia Braga, Paulo Henrique Lima, Jorge Lato, Osmar Prado (à esquerda); Stephan Neveziano, Alex Polari, Benete Savari, Francisco Cássio, Paulo Jabur e Manoel Henrique Pereira.



Presos políticos convidados a visita de representantes do Partido dos Trabalhadores (PT). Na esquerda para direita: Walter de Jesus Gomes (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Bancários do Rio Grande), Dep. Adilson Chaves (2001-02), Luiz Márcio Leite da Silva (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de São Bernardo do Campo), Manoel Henrique Pereira, Gilney Viana, Vera Pereira, Wagner Amorim (Presidente do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais).



# Antunes de Queiroz Chaves: um dirigente inesquecível

➔ NAIR HELOISA BICALHO DE SOUSA



NÃO ME ARREPENDO  
DE NADA DO QUE EU  
FIZ NA MINHA VIDA.  
EU SÓ POSSO ME  
ARREPENDER DO QUE  
EU NÃO FIZ



AC\_ACE 49630-85-3 Arquivo Nacional  
Ata que relata parte da repressão sofrida por  
Antunes de Queiroz e sua anistia

Conversamos com Antunes de Queiroz Chaves em sua residência em Goiânia, onde nos recebeu com alegria e disposição. Sete filhos, dirigente do Sindicato dos Bancários de Brasília entre 1962 e 1964, foi testemunha da punjança sindical deste período, ocasião em que o governo era “cheio de promessas”. Em suas lembranças relata a presença essencial de Adelino Cassis, parceiro desde a primeira hora. Partilhavam a filiação ao Partido Comunista Brasileiro, responsável pela formação política dos principais dirigentes do Sindicato dos Bancários de Brasília neste período histórico.

No seu relato registra que “todos os momentos eram bons”, “tudo era festa” mesmo sendo um trabalho permanente que se adentrava pelas agências bancárias, onde o representante sindical se encarregava do circuito das notícias e o pessoal da compensação bancária pelas ligações telefônicas comunicando as reuniões e assembleias. Lembra dos pontos de encontro em botecos da capital onde iam Denone, Guerra, Custódio, Dirceu, Miguelzinho e Magela, companheiros de luta e das horas de lazer.

O golpe militar foi registrado por ele no dia 1º de abril, momento de fuga e prisões de diversos dirigentes. Foi preso dia 3 de abril e permaneceu encarcerado por 97 dias, cuja principal tortura foi ficar sentado nu em cima de uma lata de óleo durante um mês. Lembrou do nome de José Francisco como seu algoz, experiência que “nem mudou minha vida nem meu pensamento”.

Sofreu três Inquéritos Policiais Militares (IPMs): um na Bahia, outro em Vitória e o terceiro em Brasília, resultando em prisão por

muitos anos. Ao sair foi para São Paulo, trocou de nome e ingressou na guerrilha, mas perdeu os contatos e ficou isolado na lavoura de Goiás onde sobreviveu por alguns anos. Depois fez concurso para o Fisco de Goiás e trabalhou até 1979 em Porangatu (GO).

Com a Lei da Anistia retornou ao banco, em 1980, mas se sentiu “totalmente deslocado”, e não voltou à vida sindical: “Não me arrependo de nada do que eu fiz na minha vida. Eu só posso me arrepender do que eu não fiz”.

Sua experiência de vida permitiu deixar recomendações para os dirigentes atuais: “façam o que vocês já vem fazendo” e um recado especial para os mais novos: “...os bancários jovens têm que entender que eles sim vão construir o Sindicato. O pessoal lá de trás já está para deixar o aconchego, então, são os novos que tem que assumir porque os direitos que o Sindicato defende não são apenas os dos antigos não. Esses que são novos hoje serão antigos amanhã. Eles é que vão fazer o Sindicato se fortalecer para que cumpra sua finalidade”.

Nair Bicalho é professora, estudiosa da ditadura militar e integrante da Comissão da Verdade dos Bancários de Brasília.

Antunes de Queiroz, diretor do Sindicato nos anos 60, foi preso, torturado e demitido do Banco do Brasil. Viveu na clandestinidade, precisando mudar de nome. Chegou a se casar com nome falso.



Nair Heloisa Bicalho de Sousa  
Professora doutora da  
Universidade de Brasília

A Casa da Morte recebeu cerca de 20 militantes e funcionava de forma clandestina

# A única sobrevivente da Casa da Morte

A Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), ficou conhecida por não deixar ninguém vivo sair de lá. Mas a resistência de **Inês Etienne Romeu** permitiu que se soubesse da existência do local até então, mantido em sigilo pelo governo militar



**I**nês Etienne Romeu foi uma jovem corajosa e heroica que se entregou de corpo e alma à luta pelo ideal de uma sociedade humana justa. T tamanha dedicação e compromisso trouxeram a ela a passagem pelo inferno da tortura. Sua firmeza e coragem a fizeram resistir e viver para identificar, pela primeira vez, um centro clandestino de tortura e extermínio de militantes revolucionários e os carrascos que o mantinham.

Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), ela nasceu em 1942 e foi

presa em 1971, acusada de participar do sequestro do embaixador suíço. Ficou 96 dias na Casa da Morte, sendo a única pessoa que se conhece que saiu viva do local. Enquanto esteve lá foi torturada, estuprada e humilhada. Só sobreviveu porque fingiu concordar em colaborar com o regime para denunciar companheiros de luta.

“Levava choques elétricos na cabeça, nos pés, nas mãos e nos seios. A certa altura, o doutor Roberto [torturador] disse que eles não queriam mais informação alguma, estavam praticando o mais puro sadismo. Eu já havia sido condenada à morte e ele, doutor Roberto, decidira que ela seria a mais lenta e cruel possível, tal ódio sentia pelos terroristas”, disse Inês em depoimento e que faz parte do livro **‘Luta, Substantivo Feminino’**.

Inês se manteve íntegra e digna por toda a vida e denunciou as torturas e assassinatos que presenciou na Casa da Morte, em Petrópolis, Rio de Janeiro. Mas os horrores

que teve de suportar deixaram marcas no seu corpo e consumiram sua beleza e juventude. A Inês alquebrada pela tortura, pelas sequelas e pela idade merece nosso carinho, respeito, admiração.

Em abril deste ano, faleceu em casa, aos 72 anos, em Niterói (RJ). Que seja lembrada, por todos os que conservarão, amarão e respeitarão sua memória, como a mulher marcada pelo tempo de luta, mas também como a moça linda e de olhar firme, que tinha o destino do mundo nas mãos.



# Palhano: acima de tudo, sindicalista

Viver para lutar. Lutar para viver

→ JACY AFONSO\*

“Sempre, sempre, sempre”, respondeu Leda Palhano, há 20 anos, à reportagem do jornal “Diário Bancário”, do Sindicato dos Bancários do Rio, sobre se ainda preservava a memória do marido desaparecido, ex-presidente daquela entidade.

Em 21 de maio de 1971, o marido de dona Leda mergulharia no brutal labirinto de tortura e terror da ditadura brasileira: rua Tutoia 921, bairro Paraíso, São Paulo, sede do II Exército, abrigo do infame DOI-Codi. Tratava-se, de um salto involuntário e mortal. Dele jamais emergiria. Há relatos de que as sessões de tortura no DOI-Codi foram apenas o tiro de misericórdia de um Palhano já destroçado após o abominável périplo iniciado no Rio de Janeiro. Primeiro, no Cenimar, da Marinha. Em seguida, na moradia dos horrores, rua Arthur Barbosa 668, bairro Cambú, Petrópolis, a Casa da Morte.

Tamanho ódio àquele homem talvez só encontrasse explicação na delirante patologia ideológica que tomou conta dos agentes da repressão, que viam a encarnação da besta em cada um que se suspeitasse comunista.

Aluisio Palhano Pedreira Ferreira presidiu o Sindicato dos Bancários do Rio por duas gestões seguidas (1959 a 1963). Liderou as míticas greves da categoria de 61 e 63, responsáveis por conquista de direitos decisivos para os bancários. Sua atuação sindical custou-lhe o emprego no Banco do Brasil. Por conta dessa luta foi um dos primeiros exilados da quartelada de 31 de março. Vai para o México e, na sequência, Cuba. Na Ilha, ingressa na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e abraça a luta armada.



Volta ao país clandestino, em 1970, junto com José Anselmo Santos, o cabo Anselmo. Foi uma das primeiras vítimas do militante traidor. Não demoraria muito a cair. O que ocorre em 1971.

Passados tantos anos desde seu desaparecimento, lembrar de Palhano, de sua retidão de caráter, ética e inabaláveis ideais é sempre um excelente exercício de memória. Sobretudo para as novas gerações de sindicalistas e trabalhadores. Um dirigente que deu sua vida para entrar na história do movimento sindical bancário.

Lembrar de Palhano é um excelente exercício de memória quando muito para que ninguém esqueça a falta que ele nos faz.



**Jacy Afonso**  
Secretário de Formação da Fetec-CUT/  
CN e bancário do Banco do Brasil

“SEMPRE, SEMPRE, SEMPRE”, DISSE, DONA LEDA, ENTÃO COM 74 ANOS. “PALHANO VIVE. ÀS VEZES CONVERSO COM ELE. PODE PARECER LOUCURA, MAS O QUE IMPORTA?”



Porfírio, ao centro, liderança do movimento de Trombas e Formoso

# Trombas e Formoso

Ditadura reprimiu trabalhadores de diversas categorias, dentre elas trabalhadores rurais

➔ ZEZÉ WEISS

LIDERADOS POR JOSÉ PORFÍRIO, CAMPONESES FUNDARAM A ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS EM GOIÁS

A ditadura civil-militar dizimou trabalhadores das mais diversas categorias. Dentre elas, camponeses. Pessoas humildes que batalhavam para sobreviver. Na década de 50, nos confins de Goiás, um grupo organizado de trabalhadores rurais conquistaram o direito legal sobre terras devolutas onde viviam. Ali, liderados por Zé Porfírio, construíram um sonho, viviam sob um modelo de trabalho centrado na solidariedade e na cooperação. Mal sabiam que não tardaria para o sonho chegar ao fim.

O projeto foi interrompido pelo golpe civil-militar de 1964. O trágico sumiço do Zé Porfírio. A volta da grilagem. A repressão brutal. A dor da tortura. O tempo da inversão onde trabalhador vira bandido e jagunço torna-se herói sob os holofotes da mídia oligárquica. A resistência. E, da resistência, o surgimento de uma cidade: Trombas.

No entremeio, a história contada e recontada por quem a viveu, conheceu, aprendeu de ouvir contar, ou de leitura. Aqui, um pouco do lido e ouvido sobre Formoso e Trombas, a Guerrilha do Zé Porfírio.

## O início

O lugar onde tudo aconteceu foi palco de intensa exploração do ouro no século XVIII. Exaurido o ouro, a terra inóspita virou terra devoluta, e foi ocupada por parte das milhares de famílias camponesas sem-terra que não conseguiram se incorporar na Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), localizada na região de Ceres. Dentre elas, a família do Zé Porfírio.

Ali viveram em paz até a década de 50, quando veio a construção de Brasília e a abertura da rodovia BR-153, a Belém-Brasília, e o que então era “terra fraca” ganhou valor. Começou uma ocupação similar à do ouro na região. Só que agora era a corrida do latifúndio forjando papéis para expulsar os povos da terra.

Em consequência, nasceu a luta dos posseiros, organizada com o apoio do histórico Partido Comunista Brasileiro (PCB) ou Partidão, com tradição de militância em estados agrários como Goiás. Uma luta que contou com a liderança de dois grandes líderes camponeses: Zé Firmino, na região de Formoso e Zé Porfírio, na região de Trombas.

Via de regra, a luta começava com o embargo às tentativas da justiça de fazer intimações aos camponeses, ou com o desmancho dos jagunços que invadiam as áreas dos posseiros. No primeiro confronto, em 1954, os jagunços foram expulsos. A coisa desandou. O latifúndio deu a resposta: chamou a polícia para garantir o confisco da produção.

Inicialmente, o papel da polícia era o de coerção, principalmente as mulheres. Diziam que iam matar seus maridos, caso não saíssem da terra. Por conta da pressão, muitas famílias deixaram a região. Ficaram poucas, as resistentes. Entre essas, o principal papel das lideranças consistia em manter a confiança, e organizar a luta.



José Porfírio de Sousa foi deputado estadual de Goiás em meados da década de 1960

## Luta, trabalho e consciência

O trabalho de paciência e persistência entre pessoas iletradas, foi então concentrado em Trombas, a terra do Zé Porfírio. Foi desse trabalho de formiga, casa por casa, camponês por camponês, que surgiu a consciência que resultou criação na Associação dos Trabalhadores Rurais de Formoso e Trombas, em grande estilo.

Liderados por Zé Porfírio, os camponeses entraram em Formoso, onde acampavam as tropas da polícia, fizeram comícios, fundaram a Associação e, com isso, saíram da informalidade, deslançaram as asas do Partidão e ganharam identidade própria.

O apoio, entretanto, continua vindo de fora, dos movimentos populares, dos estudantes, de alguns deputados da Assembleia Legislativa de Goiás e da própria Procuradoria do Estado, que entrou com uma ação requerendo a retomada das terras pelo poder público.

O fortalecimento do movimento acabou de

vez com a possibilidade de sossego. Treinados por militantes comunistas, além de evitar os combates longos, as lideranças adotaram as táticas bem-sucedidas do presidente Mao Tse-tung na China: ante o ataque dos inimigos, recuavam; quando o inimigo estacionava, fustigavam; quando recuavam, o movimento atacava. A Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas tornou-se uma grande força.

Pressionado, o governo acabou por distribuir as terras. Os camponeses foram provisoriamente titulados. Cumpriu-se o objetivo, que era o de expulsar os grileiros e garantir a posse da terra para os camponeses. Uma vitória sem precedentes na história de lutas dos trabalhadores rurais brasileiros.

O latifúndio reage, com o apoio do aparato do Estado. São sustados os títulos dos camponeses. A posse de Porfírio é queimada. O governo não consegue fazer cumprir a Lei. Começa a luta armada, que tem por principal confronto a Batalha de Tataíra, vencida pela tropa diminuta dos posseiros, apoiado pela opinião pública e pelos movimentos organizados em redes de solidariedade. Acontecia em Goiás, algo inédito: a sociedade civil fazia um governo recuar.

Em resposta, o governo passou a ignorar a região, excluindo-a de qualquer política pública. Na ausência do Estado, a Associação transformou-se em governo efetivo na região. Prosperaram os mutirões, chamados de “Traição”.

Com o trabalho coletivo e um sistema eficaz de vigilância, a região passou a ser conhecida como a “República Livre de Formoso e Trombas”, conquista mutilada pelo Golpe Militar de 1964, que prendeu, torturou e desapareceu com as lideranças da Associação.

José Porfírio de Sousa, o primeiro presidente da Associação dos Lavradores, tenta resistir, mas não consegue. As armas do movimento são escondidas nas matas. As lideranças caem na clandestinidade. Porfírio, à época deputado estadual eleito por seus pares de Formoso e Trombas, teve seu mandato cassado e tornou-se clandestino.

Na clandestinidade, Porfírio tornou-se alfabetizador de lavradores no interior de Goiás. Os militares torturam seu filho Durvalino, de apenas 17 anos, para que revelasse onde estava seu pai. Durvalino desapareceu em 1972, ano em que Zé Porfírio foi capturado pela Polícia Federal.

Porfírio ficou preso no DOI-Codi em Brasília. Em 7 de junho de 1973 foi solto e desapareceu até os dias de hoje. ☹️



Maria José Weiss  
Jornalista



José Genoíno, ex-presidente do PT, foi um dos sobreviventes do Araguaia

# Bancários no Araguaia

Em meio à desesperança com os militares no poder, um movimento de trabalhadores e estudantes surgiu na região amazônica. Os Guerrilheiros do Araguaia tinham por objetivo fomentar uma revolução socialista inspirada nas vitoriosas revoluções Chinesa e Cubana. Dos cerca de 80 combatentes, menos de 20 sobreviveram

→ JAIME SAUTCHUK

**C**inco bancários, quatro homens e uma mulher, fizeram parte do grupo que entregou a vida pela luta, no episódio conhecido como Guerrilha do Araguaia, ocorrido nas matas do Sul do Pará de 1972 a 1974. O conflito armado é classificado como luta de resistência à ditadura militar e propunha a implantação do socialismo no país.

A guerrilha foi organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) a partir de 1966 e mobilizou perto de 20 mil homens das três Forças Armadas até ser derrotada. No total, 72 guerrilheiros do partido desapareceram, dentre os quais dois ex-deputados federais, médicos, engenheiros, estudantes, operários, caboclos e os bancários.

“Rosa” era carioca, “Cazuza” era pernambucano, “Peri”, “Vitor” e “Amaury” eram mineiros. Seus nomes estão entre aspas porque esses eram, em verdade, apelidos ou codinomes, pois os guerrilheiros escondiam suas verdadeiras identidades.

“Amaury” era Paulo Roberto Pereira Marques, nascido em maio de 1949, em Pains, município próximo da fronteira de Minas com Goiás, onde estão as nascentes do rio

Araguaia. Foi estudar em Belo Horizonte e se tornou bancário por opção profissional.

Ele liderou uma greve da categoria em 1968 e por isso foi demitido e enquadrado na Lei de Segurança Nacional (LSN). Para não ser preso, fugiu e montou uma farmácia na cidade de Palestina, no Pará, já se preparando para o embate armado. Amaury morreu em conflito com tropas do Exército, em fins de 1973.

“Rosa” era Maria Célia Correia, que nasceu em março de 1945, no Rio de Janeiro, onde fez o segundo grau, iniciou o curso de Filosofia na UFRJ e escolheu a profissão de bancária. Ela e seu marido João Carlos Wineski, ambos filiados ao PCdoB, se mudaram para o Pará com a finalidade de se integrarem ao movimento armado.

Após algum tempo, porém, João resolveu ir embora, mas ela ficou na frente de batalha. Foi vista pela última vez em uma delegacia de polícia de São Domingos, na região conflagrada, em janeiro de 1974. Dali, foi levada por um pelotão do Exército e sumiu.

“Vitor” era José Toledo de Oliveira, mineiro de Uberlândia, nascido em julho de 1941. Mudou-se jovem para o Rio de Janeiro, onde se formou em Direito, mas optou pela profissão de bancário. Sua atividade política o levou

à cadeia por um ano, em 1969. Ao sair, foi se juntar ao movimento que se organizava no Sul do Pará. Morreu em conflito com forças do Exército, em 29 de setembro de 1972.

“Peri”, ou Pedro Alexandrino de Oliveira, nasceu em BH, em março de 1947. Na capital mineira se envolveu com movimentos políticos e foi preso em 1969. Liberado, passou o Natal com a família e sumiu. Tinha ido embora rumo ao Araguaia, com a namorada “Tuca”, também do PCdoB. Morreu em Xambioá, no lado então goiano do Araguaia, em 4 de agosto de 1974, segundo um relatório da Marinha, e também é dado como desaparecido.

“Cazuza” era Miguel Pereira dos Santos. Nascido na cidade do Recife, em julho de 1943, foi com a família para São Paulo aos 11 anos e logo ficou órfão de pai. Fez o colegial e trabalhou como bancário. Esteve na China para treinamento militar, como muitos outros que participaram da guerrilha. Foi metralhado por um pelotão do Exército em 20 de setembro de 1972. 



**Jaime Sautchuk**  
Ex-bancário, Jornalista, Escritor e  
Produtor Cultural

# Frei Tito: a luta pela vida e pela democracia

Por defender a democracia e os direitos humanos, o frade Tito foi duramente punido

**D**iante das intempéries do obscuro capítulo da história brasileira ao longo da ditadura militar, nasce mais uma categoria na resistência. Em meados dos anos 1960, freis dominicanos ligados a movimentos sociais se revoltaram com o sistema violador dos direitos humanos imposto pelos militares.

Em 1969, o delegado do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) Sérgio Fleury começou a prender os frades dominicanos que de alguma maneira estavam envolvidos com a resistência militar.

Tito de Alencar Lima, ou simplesmente Frei Tito, foi um dos dominicanos presos, torturados e cuja morte é investigada pela Comissão Nacional da Verdade. Seus relatos de tortura sofridas nos porões da Operação Bandeirantes se tornaram símbolos da luta pelos direitos humanos, embora tenha sido considerado um frade terrorista pela Igreja Católica.

Em agosto de 1974, Frei Tito foi encontrado morto suspenso por uma corda em Lyon, na França, para onde fugiu depois de passar por outros países. O suicídio teria sido causado pelos transtornos psiquiátricos adquiridos depois de torturado. Antes de morrer, o frade teria escrito nas páginas de sua bíblia: ‘é melhor morrer do que perder a vida’.



## A peça

“Tito - É melhor morrer do que perder a vida” emocionou a plateia do Teatro dos Bancários em setembro de 2014. A peça mostra a trajetória de um dos mártires do enfrentamento ao regime militar, Frei Tito, com apresentação do grupo de teatro Botokhypariu. O espetáculo contou com a participação de bancários de Guarulhos (SP).

“Mostramos a história desse religioso cearense que foi militante ativo pela democracia no país durante a ditadura militar na década de 60”, afirmou o diretor do espetáculo, Djalma de Lima.

“O espetáculo nos leva a refletir sobre a importância de nunca desistir de lutar, mostrando que as conquistas são fruto de muito esforço empenhado. A ditadura é um triste capítulo da nossa história que trouxe efeitos na vida dos trabalhadores e da categoria bancária, que tanto lutou pelo fim desse autoritarismo. Relembramos exemplos de luta e mantemos vivo o combate para que nenhum tipo de ditadura e opressão volte a ocorrer”, destaca o presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, Eduardo Araújo.

Quem quiser conhecer mais a história do frei dominicano, indicamos o livro de um de seus companheiros, o também religioso preso e torturado, Frei Beto, cuja obra, premiada, originou um filme: “Batismo de Sangue”. Também é possível ler relatos das torturas sofridas por Frei Tito, pela wikipedia: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Tito\\_de\\_Alencar\\_Lima](https://pt.wikipedia.org/wiki/Tito_de_Alencar_Lima). Há, ainda, um memorial online, com poesias e cartas, posições e análises no link: <http://www.adital.com.br/freitito/por/pedras.html>.



## Leia um trecho de um dos relatos de tortura do frade:



“...Sentaram-me numa cadeira com chapas metálicas e fios, descarregaram choques nas mãos, nos pés, nos ouvidos e na cabeça. A cada descarga, eu estremeia todo, como se o organismo fosse se decompor. Da sessão de choques passaram-me ao pau-de-arara. Mais choques, pauladas no peito e nas pernas a cada vez que elas se curvavam para aliviar a dor. Uma hora depois, com o corpo todo ferido e sangrando, desmaiei. Fui desamarrado e reanimado. Conduziram-me a outra sala dizendo que passariam a carga elétrica para 230 volts a fim de que eu falasse ‘antes de morrer’. Não chegaram a fazê-lo. Voltaram às perguntas, batiam em minhas mãos com palmatória. As mãos ficaram roxas e inchadas, a ponto de não ser possível fechá-las. Novas pauladas. Era impossível saber qual parte do corpo doía mais; tudo parecia massacrado. Mesmo que quisesse, não poderia responder às perguntas: o raciocínio não se ordenava mais, restava apenas o desejo de perder novamente os sentidos.”



# Resgate da memória e da identidade da classe trabalhadora

As investidas contra resistências organizadas pelos trabalhadores iniciavam nos locais de trabalho e eram rapidamente transformadas em objeto de sindicâncias das comissões especiais e compartilhados com os órgãos de repressão

→ SUELI BELLATO



A LEI DA ANISTIA É RECONHECIDA COMO O INSTRUMENTO QUE PERMITIU A VOLTA PARA O PAÍS DE GRANDE NÚMERO DE EXILADOS POLÍTICOS E BANIDOS

O Brasil, a exemplo de muitos países que viveram períodos de graves conflitos, guerras e ditaduras, vem percorrendo um longo caminho para efetivar as políticas da justiça de transição, quero dizer, a adoção de mecanismos que possibilitem a superação do autoritarismo, a erradicação dos germes criados ou crescidos na ditadura, a garantia da não repetição das graves violações de direitos humanos e especialmente o compromisso de reconhecer o outro, a outra como seres iguais em direitos e respeitadamente diferentes.

Lembrar a perseguição política contra indivíduos, instituições e reconhecer os traumas advindos das práticas criminosas é exigência de saúde intelectual, mental e salvaguarda da democracia. O falso dilema dos que pretendem acusar o resgate da memória e da verdade como revanche incorre num risco de acreditar que o esquecimento é a condição para a superação do sofrimento. Testemunham aqueles que foram presos, torturados, perseguidos que se dorme com o torturador

enquanto não se decide falar e expulsá-los das lembranças.

Hoje, decorridos mais de 50 anos do golpe que interrompeu um projeto econômico, social e político direcionado especialmente a população credora de saúde pública, educação, reforma agrária, assistimos boquiabertos uma parte da população desconsiderar que a ditadura foi o período de grande sofrimento de parte da população, de involução social e econômica, de mordanças na cultura, na arte, na ciência, e nas instituições responsáveis pela defesa dos direitos sociais e políticos, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), movimento eclesial e o movimento sindical. O projeto “Ciência na Ditadura” registra que 471 nomes de pesquisadores e professores universitários, brasileiros e estrangeiros foram perseguidos pela ditadura. Esta realidade certamente tem um grande impacto em todas as áreas, especialmente na ciência e na educação.

Em 28 de agosto de 1979, após 15 anos de muitas prisões, mortes, desaparecimentos, ainda em pleno vigor do regime militar,

o Brasil, viu ser aprovada uma lei de anistia a gosto do próprio regime militar, com um conteúdo tendencioso equiparando as vítimas do Estado de exceção aos que no exercício do poder autoritário praticaram crimes de lesa humanidade. Não obstante a contrariedade com os termos da lei 6683/79, a lei de anistia, é reconhecida como o instrumento que permitiu a volta para o país de grande número de exilados políticos e banidos. Este retorno fortaleceu o movimento pelo fim da ditadura, conquistou o direito de eleições diretas para presidente da república e a convocação de uma assembleia nacional.

Iluminados pela experiência de outros povos e pela necessidade de conhecer a verdade, a sociedade brasileira encontrou caminhos para reclamar o resgate da memória e da verdade. Esse motivo não se restringe ao conhecimento das perseguições, mas também ao conhecimento dos pilares que deram sustentação a 21 anos de repressão e que tantas benesses distribuiu aos seus apoiadores. Como exemplo de pilares do regime militar foram os financiamentos dos industriais e banqueiros que por meio de “caixinhas” e empréstimos de propriedades privadas para uso de prisão e tortura aumentaram seu poder econômico. Em contrapartida obtiveram do regime os salários arrochados, os direitos sociais reduzidos, a lei de greve a seu favor, intervenções sindicais e cassações de mandatos, sem contar a substituição da estabilidade pelo Fundo de Garantia de Tempo de Serviço.

A participação de banqueiros como Magalhães Pinto, Gastão Vidigal, Calmon de Sá, Egídio Michaelsen e outros no golpe que derubou o presidente João Goulart, demonstra que a trama arquitetada contra a democracia tinha um caráter de interesse econômico privado, com ingerência de apoios externos ao país, que se fez sustentar com o discurso de uma pretensa defesa contra o comunismo.

A instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) revigorou o anseio da classe trabalhadora de participação do resgate da verdade. Por isso organizações dos trabalhadores também arregaçaram as mangas para contribuir nesta importante tarefa. Instalada a CNV, e concomitantemente comissões estaduais, municipais, legislativos de todas as esferas, das Universidades, a classe trabalhadora vem participando como testemunha e protagonista do que foi a luta por liberdade, paz e justiça em nosso país.

Decorreram quase cinco décadas do golpe para o país instalar a CNV e ter números aproximados de prisões, desaparecimentos, mortos, torturas, sequestros, intervenções, cassações, etc. e, ainda, as circunstâncias em



que ocorreram as graves violações aos direitos humanos. Após dois anos de intenso trabalho no dia 10 de dezembro de 2014 os membros da CNV fizeram a entrega do Relatório para presidenta. Ainda que considerado tímido por muitos críticos é de justiça reconhecer que o Relatório da Comissão tem o mérito de condenar veementemente o golpe militar, resgatar a verdade tanto quanto lhe foi possível e indicar nas Recomendações um necessário caminho de reforma das instituições, de aperfeiçoamento da democracia para o e alcance da paz e da justiça como exigências para reconciliação.

O relatório da CNV revela que o golpe não foi resultado de uma decisão de um dia. O clima de repressão anterior ao golpe de 64, como foi o caso das 2000 prisões ocorridas em 1963 por ocasião da greve dos 700 mil em São Paulo, as prisões e mortes em Nova Lima, Minas Gerais, em razão da greve dos trabalhadores contra a Mina de Ouro Morro Velho, com duas mortes de trabalhadores, o indiciamento pelo Dops de 51 trabalhadores e demissões sumárias, mostram que a repres-

são política estava em curso muito antes da deflagração do golpe de 1º de abril de 1964.

O relatório também trata das investidas dos industriais, banqueiros, latifundiários, contrários às reformas de base, que se ombraram com os militares para a deposição do presidente João Goulart. As inúmeras intervenções, cassações com milhares de presos em todo o país levou o regime a inovar nos métodos de repressão transformando navios, estádios e clubes em prisões identificadas aos campos de concentração, como ocorreu ao dirigente sindical santista, Antonio Guarnieri, o que traz a luz o caráter facinoroso do golpe contra a massa trabalhadora.

É dever da classe trabalhadora seguir resgatando a memória e a verdade para que os exemplos revelados dos defensores da democracia e da justiça sejam conhecidos e empregados nos materiais educativos e pedagógicos para serem por todas as gerações e para sempre respeitados e seguidos. A disputa de classe impõe vigilância diária e, a todo o momento, verifica-se que a falta de responsabilização dos autores de crimes contra vida e contra as organizações legitimamente constituídas serve ainda de inspiração para os que não reconhecem os trabalhadores e trabalhadores como sujeitos de iguais direitos sociais, econômicos e políticos.

Que a almejada reconciliação ocorra com a responsabilização dos que conspiraram contra o direito do povo de concretizar um Brasil justo para todos. E que no DNA da memória do povo brasileiro prevaleça a identidade do amor, da paz, da justiça e das relações fraternas com todos os povos e nações. 



**É DEVER DA CLASSE TRABALHADORA SEGUIR RESGATANDO A MEMÓRIA E A VERDADE PARA QUE OS EXEMPLOS REVELADOS DOS DEFENSORES DA DEMOCRACIA SEJAM RECONHECIDOS**



**Sueli Bellato**

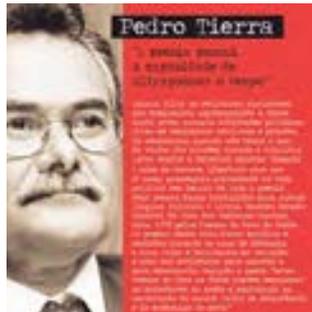
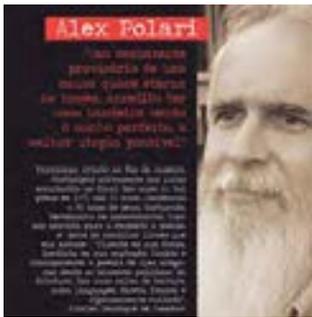
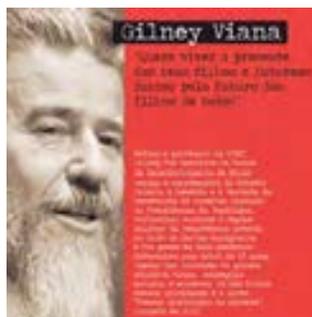
Vice-presidente da  
Comissão de Anistia

# Sarau Poesias do Cárcere

INSPIRADA NAS OBRAS DE **ALEX POLARI DE ALVERGA, GILNEY AMORIM VIANA E PEDRO TIERRA**, A PEÇA RETRATA AS EXPERIÊNCIAS TRAUMÁTICAS DE QUEM OUSOU DESAFIAR A DITADURA



→ RÉGIA VITÓRIA



A capital do País prestigiou em 29 de maio, e depois, a pedido do público, uma sessão extra no dia 9 de julho de 2015, a peça Poesias do Cárcere que retrata os horrores dos porões da ditadura civil-militar. Trata-se de mais uma das atividades da Comissão da Verdade dos Bancários de Brasília.

Inspirada nas obras feitas na prisão dos presos políticos Alex Polari de Alverga, Gilney Amorim Viana e Pedro Tierra e com trilha sonora de Chico Buarque, Raul Seixas e Taiguara, o espetáculo narrou experiências traumáticas de quem ousou desafiar a ditadura em nome da democracia.

São 18 pessoas envolvidas na peça, dentre eles três atores e oito músicos. Bancários do Banco do Brasil e da Cooperforte integram o elenco. Os artistas sobem ao palco encenando, cantando e declamando poesias em um espetáculo que emocionou e apresentou, com a beleza da arte, uma parte dolorosa da história brasileira.

Para o presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, Eduardo Araújo, esse tipo de ação é importante por que "precisamos resgatar às memórias de pessoas que ajudaram o país a ser livre e democrático", contou.

A Comissão da Verdade dos Bancários apresenta

Sarau

## "Poesias do Cárcere"

29 de maio, às 21h

TEATRO DOS BANCÁRIOS  
314/315 Sul (3262-9000)

Elenco: Adilson Dias, Marcelo Lucchesi e Sílvia Paes

Músicos:

Marcos Reis Violino	Bruno Matos violão	Eduardo Bento Percussão	Lucas Sávio Vocal
Leandro Barcelos Flauta	Carlos Vidal Cavaquinho e violão	Wellington Assunção Teclado	Shária Ribeiro Vocal

Roteiro e direção: Sílvia Viana | Produção musical: Katia Marthes

16 ANOS

Realização: BANCÁRIOS

Os ingressos (limitados) poderão ser retirados na bilheteria do Teatro, mediante reserva na Central de Atendimento: 3262-9000.

# A experiência de quem vivenciou a ditadura e assistiu o sarau

→ ANTÔNIO DE PÁDUA MAIA

Ter sido expectador dessa “opera” é se deixar imaginar frente a um espelho fragmentado e vê-lo estilhaçado ao chão; e depois disso ir reconstruindo pedaço por pedaço, em duas histórias ou mais. As imagens se tornando referências vivas naquilo que foi contado, vivido, lembrado, inventado como possibilidades no incrível e, depois é uma combustão naquilo que o histórico que se tinha e que agora se tem como algo questionável ainda, e que vem colocar á prova, restaurando a sua própria história e o que se tinha nela como verdade, a memória revivida e remexida. Como num acerto de contas consigo mesmo.

E essas imagens se tornam definitivamente história coletiva além daquela que se descobre terem sido fraudadas em nós pela história oficial. Que imagens são essas que gritam dentro da gente pedindo para que nunca se esqueçamos delas? Imagens que a origem delas se passa há mais de meio século? Imagens tão cruéis que a força que as orquestraram com tanto rigor ou vigor se envergonham de contá-las? E os que, por outro lado sangraram sofrimento, as contam em linguagens simbólicas todos os seus percalços e se estendem nelas em poesias, cantos, músicas, luzes, cores, entoações, cenas para reafirmar o desejo e o objetivo claro para que nunca as esqueçamos!

A sociedade brasileira permitiu que aquilo acontecesse e desenvolveu uma capacidade de se ausentar do seu compromisso social-político-econômico. E como doeu? E



como ainda dói!

Frentes aquelas cenas apresentadas no exercício teatral se pode construir outras imagens e outros desafios e, principalmente, outras tantas coisas dispostas a dialogar com o presente, com o agora!

Assim, o passado ferve sem rostos além das redondilhas cruas e cruéis da incerteza. E impõem aos presentes à cena, um turbilhão que só o fio da esperança e de cidadania cerzia para um estado de oportunidades para todos e as artes juntas sinalizavam contar junta uma forte expectativa no dia da manhã para todos. Imaginação...

E, por fim, de sabermos não sermos “a mosca que pousou na nossa sopa”. Se apetitosa ou não, a sopa não poderia ser servida só

para alguns e sim para todos.

E nisso o mais colossal de tudo é que o Teatro dos Bancários foi o palco dessa encenação. Na oportunidade com o “Sarau: Poesias de Cárcere” estreou o seu primeiro exercício teatral depois da sua inauguração, depois de 19 anos! E isso por si só, já é fabuloso! Muito auspicioso! É de abrir a esperança na confirmação que o futuro parece não existir se não quando há um passado vivido e apropriado como “tempo histórico”.

Uma merda! 📺



**Antônio de Pádua Maia**

Bancário e diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília nas gestões de 1980, 83, 92 e 95



“Um silêncio povoado de perguntas  
hábita a casa e teus olhos, mãe.  
As crianças adormeceram sem resposta.  
Plantada no peito  
Uma secreta semente de inquietude.”  
(Pedro Tierra)



“Nossa geração teve pouco tempo  
Começou pelo fim  
Mas foi bela nossa procura  
Ah moça como foi bela a nossa procura  
Mesmo com tanta ilusão perdida, quebrada  
Mesmo com tanto caco de sonho  
Onde até hoje a gente se corta”  
(Alex Polari)



*"O MEDO DESUMANIZA. Impõe a cegueira do reflexo e do instinto.*

*Cava até chegar aos ossos.*

*Liberta o animal que pulsa sob o verniz da razão.*

*Coragem não é precisamente ausência de medo.*

*É quando a razão, ao medo se sobrepõe pela porta do delírio e devolve ao prisioneiro, num*

*lampejo brusco, aquela esperança contra toda esperança:*

*O torturador pode me matar mas não pode me vencer.*

*Porque a minha morte é a minha vitória sobre sua força."*

*(Pedro Tierra)*



*"Eles queimaram nossa carne com um fio  
E ligaram nosso destino á mesma eletricidade.  
Iguamente vimos nossos rostos invertidos  
E eu testemunhei quando levaram teu corpo  
Envolto em um tapete.*

*...Entregue a perplexidades como estas,  
Meus cabelos foram se embranquecendo  
E os dias foram se passando"*

*(Alex Polari)*



*"Eu não me lembrava do meu antigo rosto  
Até olhar na privada e cuspir nele.*

*Não, não pode ter sido a mesma face,*

*Não me olhe assim, não tenho culpa.*

*...De quem serão os gritos hoje?*

*Esse silêncio enlouquece*

*Se houvesse mais alguém*

*Seria mais fácil*

*Hoje veio o médico*

*Falou pro coronel*

*Que ainda dá pra bater*

*Nas minhas costas."*

*(Alex Polari)*



*"Perguntaram-se muitas coisas  
Mas eu estive calado, porque*

*É inútil falar aos inimigos*

*Quando os inimigos são fortes."*

*(Pedro Tierra)*



*"Na hora do grito*

*É difícil perceber algo*

*No rosto dos perseguidos.*

*Alguns ganham a cor dos homens aflitos,*

*Outros, um cansaço de mil anos...*

*Taciturnos depois da noite de suplício.*

*Era voz de mulher*

*Mas nenhum de nós lhe viu o rosto."*

*(Pedro Tierra)*



*"...Todos que dormiram no assoalho frio  
Das câmaras de tortura  
Todos os que assoaram  
Os orvalhos de sangue de uma nova era  
Todos os que ouviram os gritos, vestiram o capuz  
Todos os que gozaram coitos interrompidos pela morte  
Todos os que tiveram os testículos triturados  
Todas as que engravidaram dos próprios algozes  
estão marcados, se demitiram do direito da própria  
felicidade futura."*

*(Alex Polari)*



*"Cá está o capuz sobre a grade.*

*Traz consigo uma segura*

*Promessa de dor.*

*...O passar dos dias*

*E as cicatrizes no corpo*

*Ensinararam-me esse caminho.*

*Nos dedos guardei as arestas,*

*O fio dos dinamos.*

*No dorso a marca*

*Desses dias de sombra.*

*O capuz repete a dor*

*No corpo de cada combatente,*

*Uma dor mercenária*

*Recrutada a serviço da noite."*

*(Pedro Tierra)*



O inimigo é a noite.  
O aço da algema  
A morder o pulso.  
O inimigo é o muro.  
A arma atenta  
Sobre a cabeça.  
O inimigo é a sombra.  
É, entre você e o povo,  
A ponte destruída.  
O inimigo é o sangue.

O medo ao vento novo  
Cerrando a porta.  
O inimigo é a morte.  
O surdo açoite  
A retalhar o corpo.  
Dorme, pequeno,  
Esta foi a cantiga  
Que o tempo nos ensinou.  
(Pedro Terra)

"Aprendi desde cedo a não sofrer com partidas  
Acredito ter como bandeira  
Senão o sonho perfeito  
A melhor utopia possível.  
É que sou um homem provisório  
De expectativas provisórias  
De moral provisória  
E uns poucos valores absolutos  
É que sendo um homem provisório  
De uma causa provisória  
Eu devo me acostumar às partidas  
Pois eu sou fraco, forte é nossa causa  
Que causa tantas partidas" (Alex Polari)



Vê como um fogo brando funde um ferro duro  
Vê como o asfalto é teu jardim se você crê  
Que há sol nascente avermelhando o céu escuro  
Chamando os homens pro seu tempo de viver  
E que as crianças cantem livres sobre os muros  
E ensinem sonho ao que não pode amar sem dor  
E que o passado abra os presentes pro futuro  
Que não dormiu e preparou o amanhecer... (Taiguara)



Quero te mostrar  
Aquela casinha verde  
Que a gente avista do pátio da prisão  
"lá detrás daquele morro"  
Tu te lembra desta canção?  
Quero-quero  
Como canta o passarinho  
Quero a liberdade  
Quero-te (Gilney Viano)

Não somos espectros assombrados,  
Expulsos do tempo que nos coube viver.  
Somos homens, mulheres e sonhos  
Que nos reconstruímos durante a tempestade.  
Por isso nos tornamos esse  
Espinho cravado na consciência do país.  
Incomoda presença. Punhal aceso na memória.  
(Alex Polari)



...Como beber dessa bebida amarga  
Tragar a dor, engolir a labuta  
Mesmo calada a boca, resta o peito  
Silêncio na cidade não se escuta  
De que me vale ser filho da santa...  
(Chico Buarque)

Equipe do Sarau "Poesias do Cárcere" durante as apresentações no Teatro dos Bancários, dias 29 de maio e 9 de julho de 2015





**Gilney Amorim Viana**

Médico e professor da UFMT. Bancário do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e coordenador do Projeto Direito à Memória e à Verdade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Participou da resistência armada durante a ditadura e foi preso em dois momentos, num total de 13 anos.



**OS BANCÁRIOS FORAM PERSEGUIDOS PRIMEIRO POR QUE ERA UMA CATEGORIA COMBATIVA, SEGUNDO POR QUE, DURANTE A DITADURA, FORAM OS QUE MAIS COMBATERAM O GOLPE. E TERCEIRO POR QUE O MOVIMENTO BANCÁRIO PRODUZIU MILITANTES PARA A RESISTÊNCIA POLÍTICA.**

# A resistência dos bancários à ditadura mili

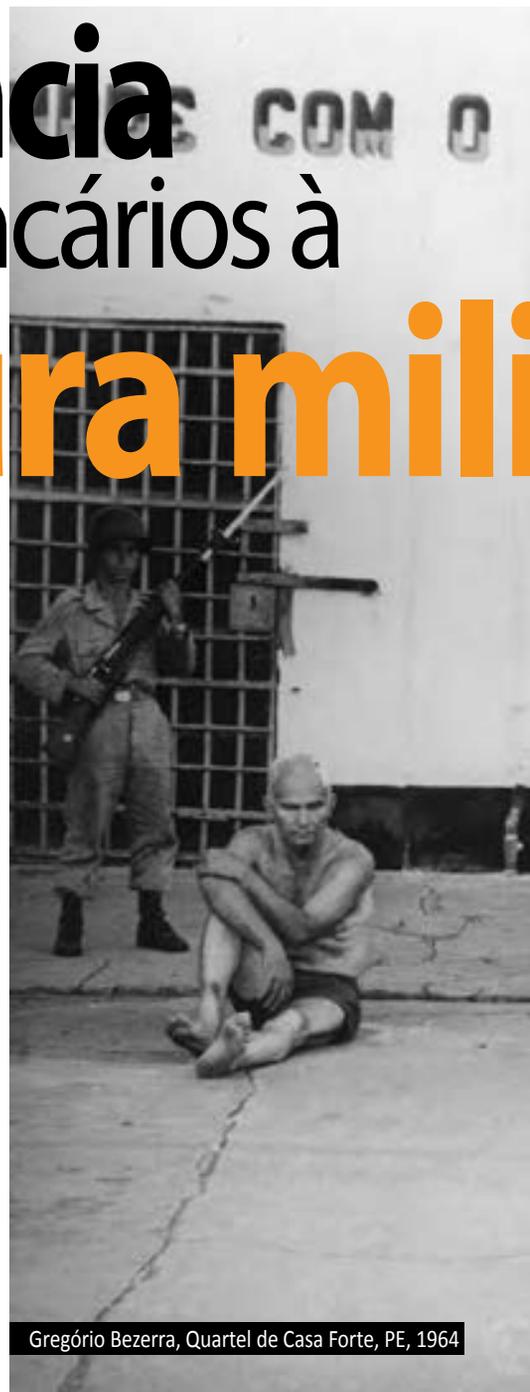
→ GILNEY AMORIM VIANA

A categoria dos bancários e seu movimento sindical pagaram alto preço pela sua autonomia e capacidade de luta antes do golpe de 1º de abril de 1964 porque enfrentavam os banqueiros e defendiam a democracia; e depois do golpe, na resistência à ditadura militar (1964-85), porque lutaram contra o arrocho salarial e pela redemocratização do país. Seus sindicatos sofreram intervenções, seus dirigentes cassados e milhares de bancários perseguidos, dentre os quais 18 mortos e desaparecidos segundo o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. Seus nomes e seus feitos merecem ser lembrados.

## O sindicalismo bancário antes do golpe militar de 1964

O sindicalismo bancário anterior ao golpe civil-militar de 1964 era composto por 165 sindicatos e associações, 8 federações e uma confederação, a antiga Contec, que unificava e dirigia a categoria em nas campanhas salariais e nas lutas pelas reformas de base. As campanhas salariais dos bancários eram conhecidas pela população, por suas charangas, bandinhas, que marchavam nos centros das cidades e nas portas das agências denunciando os desmandos dos patrões e anunciando greves.

A primeira campanha salarial articulada pela Confederação foi a de setembro de 1961, em uma conjuntura política tumultuada pela tentativa de golpe militar para impedir a posse do vice João Goulart na



presidência da República, após renúncia do presidente Jânio Quadros. A intransigência dos banqueiros levou à greve, em dois tempos. Difícil, mas vitoriosa. Primeiro no Rio de Janeiro e outros estados em 21/10/61 e depois em São Paulo, centrada nos bancos privados, no dia 07/11/61, onde ficou conhecida como “a greve da dignidade”. (1)

Em 1962, após greves parciais, chegou-se à greve nacional dos bancários do dia 15 de setembro; um dia de sábado que, naquela época era dia de trabalho para os bancários.



Coincidiu com a greve geral convocada pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), reclamando aumento salarial, reformas de base, e um governo democrático e nacionalista. A greve foi suspensa no dia 17/9 com vitória para os bancários que além do reajuste conseguiram unificar a data base e o compromisso do término do trabalho aos sábados, extinto em 06/11/1962. (2). Em 6 de dezembro de 1962 ocorreu a greve nacional dos funcionários do Banco do Brasil, igualmente vitoriosa, contra um projeto de lei que

retirava o direito dos bancários ao 3º salário e outro que propunha uma reforma bancária que dividia o Banco do Brasil. (3).

A campanha salarial de 1963 foi a mais bem organizada, sob a coordenação da antiga Contec, então presidida por Aluizio Palhano Pedreira Ferreira. A crise política era grave com notícias de golpe contra o presidente João Goulart e a inflação acelerada corroía os salários. Os bancários fizeram greve de advertência de 24 horas, no dia 13 de setembro de 1963, diante de uma decisão precipitada do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) que lhes atendia em parte. A greve foi suspensa, e iniciou-se um período de “grevilhas”, que paralisava bancos sucessivamente, sem aviso. E na maioria dos estados se iniciou nova greve, no dia 18 de setembro, conseguindo-se afinal, um acordo, semelhante ao conseguido pelos bancários da Guanabara, fixando salário profissional, anuênio e reajuste semestral. (4)

O movimento sindical bancário estava na linha de frente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), referendado como central sindical de fato pelo IV Encontro Nacional Sindical, em agosto de 1962 em São Paulo (5), importante instrumento de apoio às lutas da categoria e de luta pela democracia e pelas reformas de base em uma conjuntura de acirramento da luta política e social.

Quando os militares tentaram dar um golpe após a renúncia do presidente Jânio Quadros, o movimento sindical bancário, liderado pela Contec, assinou o manifesto e assumiu a articulação da greve de agosto de 1961, pela posse do vice Jango Goulart na presidência da República (6). Assim como em 5 de julho de 1962, articulou com o CGT a greve geral de 24 horas, contra as tentativas golpistas e pela posse de um gabi-

nete nacionalista e democrático (7).

Por estas razões o movimento sindical bancário (como todo o movimento sindical) foi identificado como subversivo ou comunista ou defensor de uma república sindicalista. Estava organizado o discurso golpista, apoiado pelos Estados Unidos que temia um governo progressista e independente na América Latina, assustados pelo êxito da Revolução Cubana e uma eventual e improvável Influência da União Soviética.

## A primeira onda repressiva atingiu violentamente os sindicatos e as lideranças dos bancários

A primeira onda repressiva desencadeada pelo golpe de 1964 atingiu o conjunto do movimento sindical e popular, principalmente sindicatos, com objetivo imediato de desarticular a resistência ao golpe e ao novo regime e dificultar a luta da classe trabalhadora contra o arrocho salarial imposto.

Cassaram uma geração de sindicalistas, forjada em anos de lutas, com o objetivo claro de impedir a retomada da luta sindical e de quebrar o protagonismo político da classe trabalhadora.

Diferentemente das outras categorias, o movimento sindical bancário sofreu intervenções não só na confederação e federações, mas também em quase todos os sindicatos e associações. Além das cassações,

### Principais lideranças do movimento sindical bancário perseguidas em 1964

NOME	ENTIDADE	CARGO	LOCALIDADE	UF
Aluizio Palhano Pedreira Ferreira	Contec	Presidente	Rio de Janeiro	GB
Huberto Menezes Pinheiro	Contec	Ex-presidente	Rio de Janeiro	GB
Luis Viegas da Mota Lima	Federação GB,RJ	Presidente	Rio de Janeiro	GB
Rubens Vasconcelos	Federação SP,MT	Presidente	São Paulo	SP
Armando Ziller	Federação MG, GO	Presidente	Belo Horizonte	MG
Fernando Tristão Fernandes	Federação PR	Presidente	Curitiba	PR
José Raimundo da Silva	Fed. Norte/Nordeste	Presidente	Recife	PE
Antônio de Farias Lopes	Sindicato	Presidente	Belo Horizonte	RS
Huberto Archibald Campbell	Sindicato	Presidente	Rio de Janeiro	GB
Adelino Cassis	Sindicato	Presidente	Brasília	DF
Pedro Francisco Iovine	Sindicato	Presidente	São Paulo	SP
José de Moura Beleza	Sindicato	Presidente	Fortaleza	CE
Darcy Leite	Sindicato	Presidente	Recife	PE
Raimundo Reis	Sindicato	Presidente	Salvador	BA
Jose Campelo Filho	Sindicato	Presidente	Natal	RN
Nilô Izidoro Biazetto	Sindicato	Presidente	Curitiba	PR
Antônio Guarnieri	Sindicato	Presidente	Santos	SP
José Ribamar Viana	Sindicato	Presidente	Teresina	PI



demissões e prisões, usaram de demorados Inquéritos Policiais Militares (IPMs) para controlar os militantes e evitar a retomada da luta sindical. Apenas no Banco do Brasil, foram 376 atingidos pelo Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.<sup>(8)</sup> Algumas destas lideranças cassadas estão citadas no quadro abaixo. (página anterior).

## A retomada sindical em 1968

Com a ditadura militar estabeleceu-se uma conjuntura política extremamente desfavorável à luta sindical, ao longo dos anos 1964-67. Além da repressão policial, dos IPMs, das intervenções, das leis de arrocho, de greve e de segurança nacional, criou-se um clima de terror, mesclando demissões e ameaças de demissão por motivação política, e vigilância patronal e policial sobre quaisquer movimentos dentro dos bancos. Suprimiram a estabilidade, introduziu o FGTS que facilitava demissões, extinguiu-se o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários - IAPB (com a unificação dos IAPs) que era um suporte varguista ao poder sindical. E não menos importante a ditadura implantou uma reforma bancária que facilitou a concentração do capital, o surgimento do sistema financeiro, e a introdução de novos métodos e tecnologias ao trabalho bancário.

Enfrentando as adversidades, adaptando-se às realidades do trabalho, surgiu uma nova geração de sindicalistas de base, por agência e por bancos, quase sempre se organizando em oposições sindicais, orientados por antigos e novos militantes que desenvolveram uma visão crítica sobre a estrutura sindical anterior ao golpe (e, porque não dizer, inspirada por novos partidos de esquerda).



**O MOVIMENTO SINDICAL MOSTROU QUE EM CONJUNTURAS DE AMEAÇA À DEMOCRACIA, O SINDICALISMO LUTA NÃO APENAS POR SEUS SALÁRIOS, MAS TAMBÉM PELOS DIREITOS DEMOCRÁTICOS DE TODO O POVO BRASILEIRO.**



O Encontro Nacional dos Bancários e Securitários, ocorrido em São Paulo, sob influência dos novos sindicalistas, em sua Declaração de São Paulo, de 27 de julho de 1968, aponta os rumos:

“O arrocho salarial é a pedra de toque da política econômico-financeira do atual governo”... “Por isso, o combate contra o arrocho salarial se coloca como centro das lutas de todos os trabalhadores”... “Ao firmarmos nossa posição conclamamos a todos os bancários e securitários, bem como aos trabalhadores de um modo geral, a cerrar fileiras em torno do seguinte decálogo:

- a) organização dentro de cada empresa, com o fim de lutar, efetivamente, pela consecução de seus objetivos de classe, usando contra o arrocho a arma da greve:
- b) participação de forma organizada em todas as manifestações e movimentos contra a ditadura”... (9)

Mais uma vez, o movimento sindical bancário sinalizou que em conjunturas de ameaça ou de efetiva ruptura à democracia, o sindicalismo combativo luta não apenas por seus salários mas também pelos direitos democráticos de todo o povo brasileiro.

Em setembro e outubro de 1968 as organizações de base, articuladas com direções sindicais assumidas pelas oposições, organizaram as primeiras grandes greves dos bancários no período da ditadura.

A primeira greve, específica ao Banco de Crédito Real, foi detonada pelo suicídio de um dos seus funcionários e se espalhou do Rio de Janeiro para São Paulo e Minas Gerais, demonstrando a insatisfação e a indignação da categoria, como revela o boletim “Bancários” do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, de 1º a 23 de setembro de 1968 (10).

Em outubro, em plena campanha salarial, a ditadura e os banqueiros foram surpreendidos pelas greves bancárias em Minas, Paraná e Ceará, que, não obstante a repressão patronal e policial, obtiveram reajuste salarial 6% acima dos índices oficiais (quando a greve metalúrgica de Contagem em maio conseguiu reajuste 10% acima dos índices oficiais).

Os banqueiros, ajudados pela repressão policial e militar, sufocaram as greves bancárias. A ditadura promoveu, pela segunda vez, intervenções nos sindicatos dos bancários de Belo Horizonte, Fortaleza e Curitiba, presididos respectivamente por Homero Guilherme Almeida, Carlos Montezuma e Ato Fecceiros. Cassaram uma promissora geração de sindicalistas, obrigando vários de seus membros a buscar alternativas na militância política clandestina ou na resistência armada.

As oposições nos sindicatos dos bancários



do Rio de Janeiro e de São Paulo seguiram trajetórias diferentes. No Rio, em 1966, a chapa de oposição venceu as eleições, mas não foi empossada; em seguida aceitou compor chapa única com os interventores. Nas eleições de 1968 a oposição se dividiu: venceu a chapa ligada ao PCB, onde pontilhava Roberto Percinoto, e Augusto Cesar, destituídos em início de 1969; a chapa mais à esquerda, tinha como candidato a presidente José Toledo de Oliveira, do Crédito Real de Minas, que mais tarde atuou na Guerrilha do Araguaia, até hoje desaparecido político. O mesmo grupo foi vitorioso nas eleições de dezembro de 1971, mas 7 dos diretores foram impedidos de tomar posse. Em 17 de abril de 1972 essa diretoria comandada por Edmilson Martins de Oliveira, foi destituída; vários dirigentes presos e o sindicato colocado sob intervenção até 1979, quando após três eleições sucessivas, assume Ivan Ribeiro. (11).

Em São Paulo a oposição mostra a cara nas eleições de 1967, através de uma chapa liderada por José Nascimento, ligado à ALN. Derrotada, mudou de tática, organizando-se na Participação Ativa que desempenhou papel importante na greve do Banco de Crédito Real, de 18 a 20 de setembro de 1968. Somente em 1975, quando assume uma chapa de oposição.

A ditadura, que em 1967-68 ensaiava sua institucionalização, foi questionada pelas greves combativas dos bancários e dos metalúrgicos, pelas manifestações estudantis, e pela Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro. Derrotada politicamente apelou para uma saída militar. Baixou o Ato Institucional nº 5, fechou o Congresso Nacional, lançou nova chamada de cassações, e desencadeou uma segunda onda repressiva, longa, violenta e sangrenta

que atingiu severamente o novo movimento sindical bancário. Com os sindicatos nas mãos de interventores e seus sucessores controlados pelo Ministério do Trabalho, e a repressão radicalizada, o movimento sindical voltou a um estágio molecular, até a retomada das ações de massa em fins dos anos 1970.

## A luta em 1978

A ditadura falava em distensão política e fazia repressão sindical, e assim foi durante o final do período do General Geisel e todo o período do General Figueiredo (enquanto no campo os sindicatos e os novos movimentos de trabalhadores rurais sofriam violenta e cruel repressão).

A ditadura não conseguiu impedir nem o crescimento da oposição legal, MDB, nem o ressurgimento do movimento sindical bancário ao final da década de 1970 e início da década de 1980. Novas lideranças emergiram das oposições sindicais e venceram nas urnas, com Augusto Campos em São Paulo, Olívio Dutra em Porto Alegre, Ivan Pinheiro no Rio de Janeiro, com as bandeiras contra o arrocho, autonomia sindical, liberdades democráticas e construção de uma central única dos trabalhadores.

Já em 1978 a categoria entrou em greve em São Paulo, derrotando os interventores na assembleia do sindicato: “Conseguimos ganhar a assembleia de 1978 e a greve estourou. Adotamos a tática dos metalúrgicos do ABC: “Braços cruzados máquinas paradas”... mas não foi possível êxito, a realidade era diferente dos metalúrgicos, pois além das che-

A DITADURA MOSTROU  
QUE SUA ABERTURA  
POLÍTICA ERA PARCIAL  
E REJEITAVA O  
PROTAGONISMO  
À CLASSE  
TRABALHADORA.

fias tinham os clientes. E os bancários não aguentaram tanta pressão”. Avaliou Augusto Campos, mais tarde (12).

Na campanha salarial de 1979 a categoria veio com mais força: em 04 de setembro iniciou-se a greve em Porto Alegre, e a ditadura respondeu com intervenção no sindicato e prisão de Olívio Dutra e mais 11 dirigentes sindicais. No dia 13 iniciou-se a greve em São Paulo, indo até o dia 17 de setembro, resultando em nova intervenção. A ditadura mostrou sua cara anti trabalhadora e promoveu novas intervenções nos sindicatos de Porto Alegre, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, mas a categoria obteve 15% de reajuste salarial.

Em São Paulo a Diretoria formada pela Oposição Bancária, tendo à frente Augusto Campos, foi violentamente reprimida em sua greve de 1979. “No campo do enfrentamento com a estrutura sindical vigente e com o regime autoritário, são testemunhos eloquentes do duro combate que foi travado o afastamento de quatro diretores na greve de 1979, o enquadramento de 16 diretores na Lei de Greve e de outro na Lei de Segurança Nacional, a explosão de uma bomba no Sindicato em junho de 1981, as auditorias do Ministério do Trabalho, as ameaças de intervenção e, finalmente, a intervenção de 1983.” (13)

A professora Maria Helena Moreira Alves estudiosa da luta dos bancários, concluiu:

“A greve sedimentou a polarização entre os bancários, de um lado e, de outro, os banqueiros e a ditadura militar. Os bancários começaram a se perceber como parte da classe trabalhadora, inserindo-se de forma concreta, nas lutas contra a ditadura militar” (14)

Em 1983, a categoria e os demais trabalhadores enfrentaram uma conjuntura difícil. Diante da crise econômica, o general Figueiredo editou uma série de “pacotes” que alteraram os índices de reajuste salarial, para pior. Vários sindicatos entraram em greve, petroleiros, metalúrgicos, e depois os bancários. Realizou-se a primeira greve geral dos tempos da ditadura, no dia 21/07 de 24 horas. Houve repressão.

“Na tarde do dia 20 de julho a Polícia

Federal invade o Sindicato, prende oito diretores, o jornalista responsável pelo Folha Bancária e quatro ativistas. São indiciados sete diretores como incursos na lei de greve.” (15).

Apesar da repressão a greve aconteceu, ainda que parcial. Em 21 de julho o Ministério do Trabalho promoveu a intervenção no Sindicato de São Paulo, e em 19 de agosto a cassação da diretoria. Os bancários de São Paulo tiraram suas conclusões: “Os compromissos do governo são com os patrões e a greve geral é necessária e possível. Não há mais dúvida que se faz necessária a construção da Central Única dos Trabalhadores, organizada pela base...” (Folha Bancária n. 762, de 1º/08/83).

A ditadura mostrou que sua abertura política era parcial e rejeitava protagonismo à classe trabalhadora. Mas a conjuntura política já era outra, a ditadura estava enfraquecida e não conseguiria mais barrar o movimento sindical nem calar a classe trabalhadora. Como bem falou Luiz Gushiken, em entrevista ao site do Sindicato dos Bancários: “Embora fosse um período diferente ao de 1968 a 1976, quando se prendeu, torturou e

matou muita gente, ainda era uma ditadura”.

A campanha salarial de 1985, já no período de governo de Sarney, mostrou a força do novo sindicalismo bancário, combativo e massivo. Disputando a opinião pública promoveu mobilizações no Brasil inteiro, cujo ponto alto foi o Dia Nacional de Luta, 28 de agosto, quando em São Paulo houve uma passeata de 30 mil bancários. No dia 31, um encontro nacional, com cerca de 10 mil bancários em Campinas, e a paralisação no dia 11 de setembro. Foi a primeira greve nacional depois do golpe, já sob direção da CUT, e no início do governo de transição civil do presidente José Sarney. A categoria e o sindicalismo bancário reconquistaram autonomia sindical e protagonismo político. E a ditadura foi derrotada provendo-se a transição à democracia.

## Bancários mortos e desaparecidos

Em todos os momentos em que a classe trabalhadora teve oportunidade de se

manifestar, com um mínimo de liberdade, o fez contrário à ditadura. Em certos momentos usou das greves, como em 1968 e 1978; em outros momentos usou das eleições para derrotar os candidatos governistas e eleger opositores, como em 1965 e 1978; ou manifestações de rua como em 1968 e 1984. A ditadura sempre que derrotada politicamente apelou para a repressão policial e militar, até a sua exaustão. E para isto não bastou o uso da polícia civil e das famigeradas Delegacias de Ordem Política e Social (Dops). Teve que apelar para as Forças Armadas, e como não bastou a tropa regular, criou uma força irregular fora da hierarquia com poderes de vida e morte sobre os prisioneiros, o DOI-Codi, com seus centros de tortura e extermínio.

Nesta lógica infernal, ceifaram a vida de milhares de brasileiros, dos quais apenas 434 foram reconhecidas pela Comissão Nacional da Verdade (16) e dentre os 434 mortos e desaparecidos reconhecidos, aparecem 18 bancários, aos quais rendemos nossas homenagens. 🇧🇷

### Bancários mortos e desaparecidos

NOME	MORTO/DESAPRECIDO	BANCO	CIDADE	IDADE	LOCALIDADE MORTE/DESAP.	Partido
Aluizio Palhano Pedreira Ferreira	DESAPAR.	Banco do Brasil	Rio de Janeiro	49	Petrópolis/RJ	PCB/VPR
Abelardo Rausch de Alcântara	MORTO	CEF	Brasília	43	Brasília	-----
Antônio Guilherme Ribeiro Ribas	DESAPAR.	Banco Mercantil de SP	São Paulo	27	Araguaia	PC do B
Caiupy Alves de Castro	DESAPAR.	-----	-----	45	Araguaia	PC do B
Fernando Augusto da Fonseca	MORTO	Banco do Brasil	-----	26	-----	PCBR
João Leonardo da Silva Rocha	MORTO	Banco do Brasil	São Paulo	36	Palmas do Monte Alto/BA	MOLIPO
José Júlio de Araujo	MORTO	Banco da Lavoura	Belo Horizonte	29	São Paulo/SP	ALN
Jose Toledo de Oliveira	DESAPAR.	B. de Créd. Real de MG	Rio de Janeiro	31	Araguaia	PC do B
Luís Alberto Andrade de Sá Benevides	MORTO	B. do Estado da Guanabara	Rio de Janeiro	29	Caruaru/PE	PCBR
Maria Célia Corrêa	DESAPAR.	Banco Nacional de MG	Rio de Janeiro	29	Araguaia	PC do B
Maria Regina Marcondes Pinto	MORTA	City Bank/São Paulo	-----	34	Araguaia	PC do B
Miguel Pereira dos Santos	DESAPAR.	B. Intercontinental do Brasil	Rio de Janeiro	29	Araguaia	PC do B
Nilda Carvalho Cunha	MORTA	B. Econômico da Bahia	Salvador	17	Salvador	MR 8
Paulo César Botelho Massa	MORTO	Banco do Brasil	Rio de Janeiro	26	Rio de Janeiro	ALN
Paulo Roberto Pereira Marques	DESAPAR.	Banco de MG	Belo Horizonte	24	Araguaia	PC do B
Raimundo Gonçalves de Figueiredo	MORTO	B. Agrícola de Sete Lagoas	Belo Horizonte	32	Recife	VAR-Palmares
Roberto Macarini	MORTO	-----	-----	20	São Paulo	VPR
Vitorino Alves Moitinho	MORTO	-----	-----	24	Rio de Janeiro	PCBR

#### NOTAS:

[1] Canêdo. Leticia Bicalho. Bancários. Movimento Sindical e Participação Política. Teses. Campinas. Ed. da UNICAMP. 1986, p.139-140.

[2] Idem, pag. 149. [3] Novos Rumos, n. 242, 20-26/setembro/1963.

[4] Canêdo. Leticia Bicalho. Bancários. Movimento Sindical e Participação Política. Teses. Campinas. Ed. da UNICAMP. 1986, p.156-157..

[5] Novos Rumos. N.184, 24-30/8/1962. P.2 “Melhorar estrutura sindical para fortalecer as lutas”.

[6] Novos Rumos n. 131, 26/08/1961. “Greve Geral na Guanabara a partir de hoje”, p. 4.

[7] Novos Rumos n. 174, de 06/julho/1962, que também reproduz a nota do Sindicato dos Bancários da Guanabara chamando à greve geral do dia 05/07/1962.

[8] Canêdo. Leticia Bicalho. Bancários. Movimento Sindical e Participação Política. Teses. Campinas. Ed. da UNICAMP. 1986, p.171..

[9] Encontro Nacional de Bancários e Securitários. Declaração de São Paulo. São Paulo, 27 de junho de 1968. In: BNM 093, fls., 6203/6204.

[10] Boletim “Bancários”, de 17-23 de setembro de 1968, do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro

[11] OLIVEIRA, Edmilson Martins. Bancários. Anos de Resistência. 1964-1979.

[12] Sindicato dos Bancários de São Paulo. Entrevista de Augusto de Campos a Jair Rose e Rodolfo Wrall, em 08/04/2013. www.spbancarios.com.br

[13] Boletim Participação Ativa, n.7, 1968, do Movimento Sindical dos Bancários Participação Ativa.

[14] A Greve Proibida. Porto Alegre. Sindicato dos Bancários, 1981. ALVES, Marias Helena Moreira. In Estado: oposição no Brasil: 1964-1984. Bauru. EDUSC, 2005.

[15] A História dos Bancários. Lutas e Conquistas, 1923-1993. Coord. Dainis Karepovs – São Paulo: Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo. 1994. P. 105.

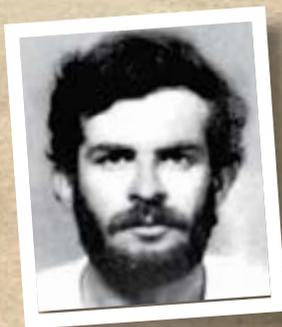
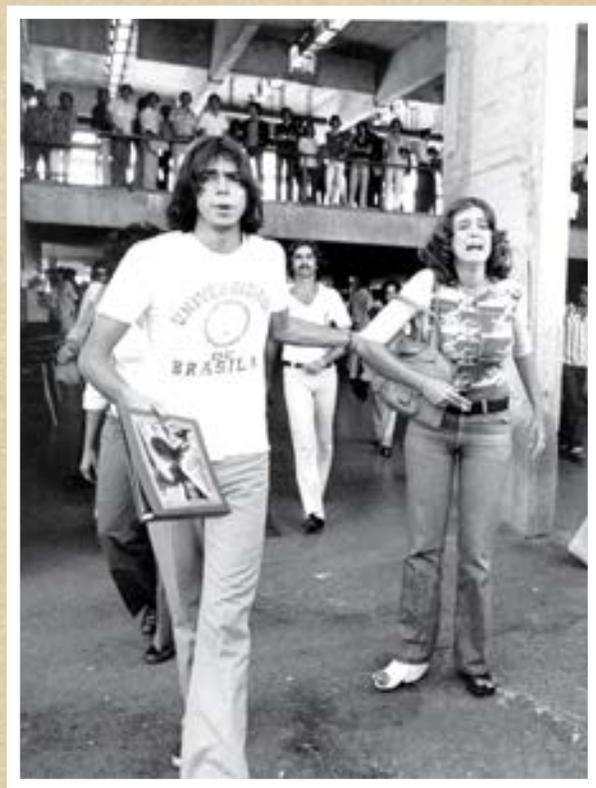
[16] Comissão Nacional da Verdade. Relatório Final, Dezembro de 2014. www.cnv.gov.br

# Invasão na UnB

Em 1968, os militares ocuparam o campus Darcy Ribeiro, na Universidade de Brasília. A invasão representou um golpe duro ao movimento estudantil e, junto a ela, foi decretada a prisão de oito estudantes. Entre eles, o líder estudantil Honestino Guimarães.



Após sua quarta prisão, em 1973, Honestino nunca mais retornou.



# O Massacre da Biblioteca

→ BETTY ALMEIDA

DENTRE AS DIVERSAS  
INVASÕES NA  
UNIVERSIDADE DE  
BRASÍLIA, O MASSACRE  
DA BIBLIOTECA,  
ONDE **ESTUDANTES**  
**FORAM MANTIDOS**  
**REFÉNS PELOS**  
**POLICIAIS MILITARES**  
**E OUTROS PRESOS E**  
**TORTURADOS**



**Betty Almeida**

Membro Comitê pela Memória,  
Verdade e Justiça do Distrito Federal

O presidente da República era o Marechal Artur da Costa e Silva, o reitor da Universidade de Brasília (UnB), Laerte Ramos de Carvalho, um interventor, nomeado pelo governo militar que assumiu após a destituição de Anísio Teixeira. O interventor tinha fama de alcoólatra. Em sua “homenagem” os calouros do trote de 1967 foram batizados com cachaça e por um cartaz onde se lia: As Pupilas do Senhor Reitor – que Julio Dinis perdoe a incômoda associação de ideias.

Autoridades militares de Brasília bem que aconselharam o reitor Laerte a não realizar aquele evento, o ânimo dos estudantes da UnB andava meio exaltado, havia o risco de a cerimônia não acabar bem, mas ele insistiu. Afinal, era uma doação de quatro mil livros, escolhidos pessoalmente pelo próprio presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, sucessor do assassinado John Kennedy. O embaixador John Tuthill faria a doação pessoalmente.

Como informa o convite, a cerimônia da entrega foi marcada para as 17h do dia 20 de abril de 1967, quinto aniversário da fundação da Universidade de Brasília. O local era o saguão da Biblioteca Central, que funcionava, na época, no prédio SG-12. O professor Antônio Agenor Briquet de Lemos relata que o próprio Darcy Ribeiro convidou o professor Edson Nery da Fonseca para organizar a Biblioteca Central da UnB e tornar-se seu coordenador. A autoridade do professor Edson era absoluta e indiscutível na área e sua incondicional admiração pelos Estados Unidos e pela cultura norte-americana, evidentemente, não foram obstáculo para a escolha de Darcy.

Assim, no dia e hora marcados, a cerimônia teve início, com a presença de camburões e carros de polícia então chamados rádio-patrolhas. À frente da entrada do prédio, diante da faixa de Yankees get out of Vietnam, segurada de um lado por Honestino Monteiro Guimarães e do outro por José Antônio Prates, começou o discurso do professor Edson Nery da Fonseca, coordenador

da Biblioteca Central, interrompido incontáveis vezes pelas vaias dos cerca de trezentos estudantes ali reunidos, descontentes com tantos elogios e homenagens do coordenador da Biblioteca ao país doador. O embaixador discursou em português, sem vaias, ou sem tantas, mas o reitor sequer chegou a concluir seu discurso.

As autoridades, seguidas pelos estudantes, passaram ao saguão da Biblioteca, que era fechado por uma dessas cortinas de metal ondulado, usadas por galpões. Toalhas brancas cobriam as mesas, cheias de bandejas de salgadinhos. Garçons serviam bebidas. Os estudantes cantavam o hino da Proclamação da República e a paródia de Se essa rua fosse minha: “Nesta rua, nesta rua, tem um posto/Que se chama, que se chama posto Esso/Dentro dele, dentro dele mora um gringo/ Da Aliança, da Aliança pro Progresso/Leite em pó, leite em pó que tu me deste/Pra matar a fome do Nordeste/ Leite em pó, leite em pó com coca-cola/Obrigado, obrigado, pela esmola”. A Aliança para o Progresso era a face amável da política de intervenção dos Estados Unidos nos países subdesenvolvidos e fornecia aos governos leite em pó para a merenda das escolas públicas (pelo menos no Brasil as crianças não gostavam de tomar o leite, que tinha um gosto horrível).

De repente, ouviu-se um murmúrio: o embaixador foi embora, sai todo mundo, rápido. Mas era tarde. A pesada cortina de metal, única saída da Biblioteca Central, já tinha sido baixada – por ordem do reitor. Entre os muitos presentes vestidos de terno havia estudantes que trabalhavam em repartições públicas, mas também agentes da polícia. Bandejas de salgadinhos começaram a voar, estudantes tentavam fugir descendo para o subsolo ou subindo para o andar de cima, mas os policiais eram ágeis e pródigos na distribuição de golpes de cassetete. Ao lado de uma catraca na entrada, a mesa-balcão da entrada passou a ser o local de triagem – o malfadado Roman Blanco (professor de história e dedo-duro notório), dizem, ajudava a apontar quem devia ir para o

camburão e as rádio-patrolhas.

O terno, indumentária de quem trabalhava em repartições públicas, salvou alguns, como Marcus Vinicius Goulart Gonzaga e talvez Mauro Burlamaqui, então presidente da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília, mas Honestino, de camisa de manga curta, foi levado, com mais cerca de setenta estudantes – número citado em notícias de jornal da época – para o PIC. Houve feridos, como o estudante de medicina Álvaro, que foi atingido no supercílio. Seu avental branco de laboratório ficou manchado pelo sangue que corria do ferimento. Dona Haydée Bravo-Villalba, mãe de um secundarista, depois de procurar o filho em hospitais da cidade, foi ao quartel do Pelotão de Investigações Criminais e como ninguém lhe deu informações, imiscuiu-se por corredores e pátios e acabou vendo uma longa fila de presos, com as mãos atrás da nuca, entre os quais estava seu filho Carlos. Ela também viu Honestino.

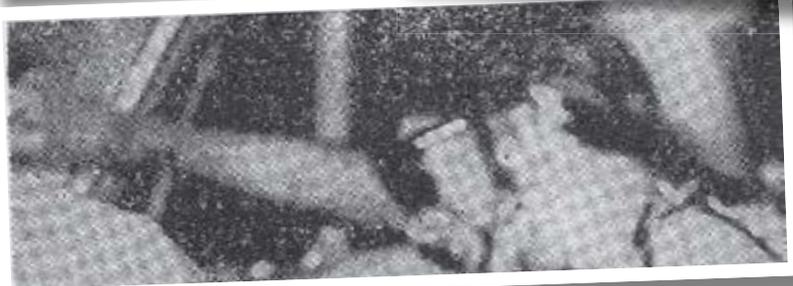
No centro, ao fundo, a foto emoldurada de John F. Kennedy, patrono da coleção, encobre parcialmente a escalada de estudantes pelas estantes, talvez procurando, no teto, alguma passagem por onde fugir dos policiais armados de cassetetes. À esquerda, Homero, estudante de química, segura um jornal amassado e abraça, protetor, uma colega visivelmente amedrontada. Ao lado, braço apontado para a frente, um estudante protesta, indignado, enquanto outro, bem jovem – talvez um secundarista – passa em frente a uma mesa de salgadinhos já meio desmontada.

Um livro voa no meio dos presentes, quase encobrindo o rosto de Paulo Sérgio Cassis, junto à parede do fundo, entre uma estante e uma porta. Mauro Burlamaqui aparece, despenteado, de terno, indumentária exigida para os funcionários do Congresso. Segundo contou ao ver a foto, perto dele, um pouco mais à frente, está José Antônio Prates, de camisa clara e de costas. De Prates se vê o ombro e um pedaço da armação dos óculos. A moça que estava perto do Homero tenta passar por trás dos policiais que empunham cassetetes. Um estudante de camisa branca é dominado por um policial uniformizado, de cassetete na mão e alguém de terno. Veem-se, por trás das estantes, rostos entre os livros.

À direita, diante de uma estante, de óculos e camisa clara, está alguém que suponho ser Honestino Guimarães, embora outros contemporâneos não tenham confirmado.

Ele ainda não era muito visado nessa época e circulava livremente pelo campus e estava segurando a faixa da manifestação. Ludovico Ribondi aparece à esquerda, ao fundo. O rapaz de camisa xadrez desabotoada, em primeiro plano, parece ansioso para abrir caminho, mas como não se veem policiais fardados, a confusão pode estar apenas no início. Havia poucas moças presentes e nenhuma foi presa – os policiais na entrada deixaram-nas sair e levaram só os rapazes para o PIC.

Depois que ele faleceu, as fotos de Ronaldo foram guardadas durante décadas por sua mulher Sônia Deorce. Hoje, 53 anos depois, são mostradas. Relatando o episódio, homenageia-se esse casal de bons cidadãos e todos os estudantes que participaram do evento que faz parte da história da resistência, na UnB, à política intervencionista norte-americana, concretizada no golpe que subjugou o Brasil por 21 anos, de 1964 a 1985. 🇧🇷



# Filmes sobre a ditadura militar no Brasil

Já pensou que muitas coisas podem ser aprendidas por meio de filmes? Além do divertimento, é possível compartilhar com a família e os amigos. Eles são ferramentas que podem te auxiliar na compreensão de fatos históricos e de imaginários ou valorização cultural. Nas dicas sobre o período da ditadura militar no Brasil traz para hoje

o acontecimento, vida e sofrimento. Separamos alguns filmes que auxiliam nos estudos e no entendimento sobre o período ainda escuro para a sociedade brasileira. É justificável, por isso, o tema ter sido trabalhado pelo cinema brasileiro de diversas formas: ficção, documentários, de maneira lúdica ou de forma dura. Confira:



## ■ Ação Entre Amigos

Dir.: Beto Brant

Ano: 1998

**Comentário:** é a história de quatro ex-guerrilheiros que se reencontram 25 anos após o fim do regime militar. Eles fazem uma reflexão sobre o que sobrou dessa luta e a herança que o golpe de 1964 deixou para os brasileiros. Todos foram torturados sob a ditadura, e decidem fazer um acerto de contas com o carrasco ainda vivo.

## ■ Araguaya - A Conspiração do Silêncio

Dir.: Ronaldo Duque

Ano: 2004

## ■ Barra 68 - Sem Perder a Ternura

Dir.: Wladimir de Carvalho

## ■ Batismo de Sangue

Dir.: Helvécio Ratton

Ano: 2007

## ■ Brasil, Um Relato de Tortura

**Comentário:** ex-presos políticos trocados pelo embaixador suíço sequestrado por militantes relatam o que viveram. O filme foi rodado no Chile em 1971.

## ■ Cabra Marcado Para Morrer

Dir.: Eduardo Coutinho

Ano: 1984

**Comentário:** parece a retratação da própria história ditadura civil-militar brasileira. A ditadura se implantou quando Eduardo Coutinho filmava um documentário sobre a morte de um líder camponês. O golpe obrigou a interromper o trabalho que retomou 20 anos depois, quase no fim do regime usurpador. O filme virou uma obra-prima do documentário mundial.

## ■ Cobra Cega

Dir.: Toni Venturi

Ano: 2005

**Comentário:** à espera do dia em que voltariam à luta armada, os personagens enxergam inimigos em tudo e de toda ordem. O confinamento altera a realidade dos personagens.

## ■ Diário de Uma Busca

Dir.: Flávia Castro

Ano: 2010

## ■ Dois Córregos - Verdades Submersas no Tempo

Dir.: Carlos Reichenbach

Ano: 1999

## ■ Eles não usam Black-Tie

Dir.: Leon Hirszman

Ano: 1981

## ■ Hércules 56

Dir.: Sílvio Da-Rin

Ano: 2006

## ■ HOJE

Dir.: Tata Amaral

Ano: 2011

**Comentário:** os fantasmas da ditadura protagonizam este filme claustrofóbico de Tata Amaral. Denise Fraga interpreta uma mulher que acaba de comprar um apartamento com o dinheiro de uma indenização judicial. Cíclico, o filme revela aos poucos quem é a protagonista, por que ela recebeu o dinheiro e de onde veio a misteriosa figura que se esconde entre os cômodos daquele apartamento. Denise Fraga surpreende num papel dramático.

## ■ Lamarca

Dir.: Sérgio Resende

Ano: 1994

## ■ Manhã Cinzenta

Dir.: Olney São Paulo

Ano: 1968

**Comentário:** durante a implacável vigência do AI-5, o diretor e militante conseguiu no filme, utilizando da ficção, retratar uma ditadura de um país latino-americano, numa antecipação daquilo que aconteceria na sua vida real: preso, torturado e morto pela ditadura. Na história, um robô interrogador não é só parte dessa ficção macabra. A ditadura tirou o filme de circulação, mas uma cópia sobreviveu para mostrar a coragem e luta de Olney.

## ■ Nunca Fomos Tão Felizes

Dir.: Murilo Salles

Ano: 1984

## ■ O Ano em Que Meus Pais Saíram de Férias

Dir.: Cao Hamburger

Ano: 2006

## ■ O dia que durou 21 anos

Dir.: Camilo Tavares

Ano: 2012

**Comentário:** documentário que trata da atuação americana no golpe de 64.

## ■ O Que é Isso, Companheiro?

Dir.: Bruno Barreto

Ano: 1997

## ■ Peões Pra Frente, Brasil

Dir.: Roberto Farias Ano: 1982

**Comentário:** Um cidadão qualquer volta para casa, mas é confundido com um suspeito ou inimigo da ditadura e por isso é submetido à tortura para confessar todos "os seus crimes" Este é um dos primeiros filmes a abordar abertamente a ditadura militar brasileira como tema central. Os irmãos Farias escreveram o argumento, o roteiro e a direção do filme. Contou com a participação de um time de astros globais que contribuiu para ampliar a divulgação do tema.

## ■ Quase Dois Irmãos

Dir.: Lúcia Murat

Ano: 2004

## ■ Que bom te ver viva (versão editada)

## ■ Tatuagem

Dir.: Hilton Lacerda

Ano: 2013

## ■ Tempo de Resistência

Dir.: André Ristum

Ano: 2003

**Comentário:** Um documentário

## ■ Topografia de Um Desnudo

Dir.: Teresa Aguiar

Ano: 2009

## ■ Uma Longa Viagem

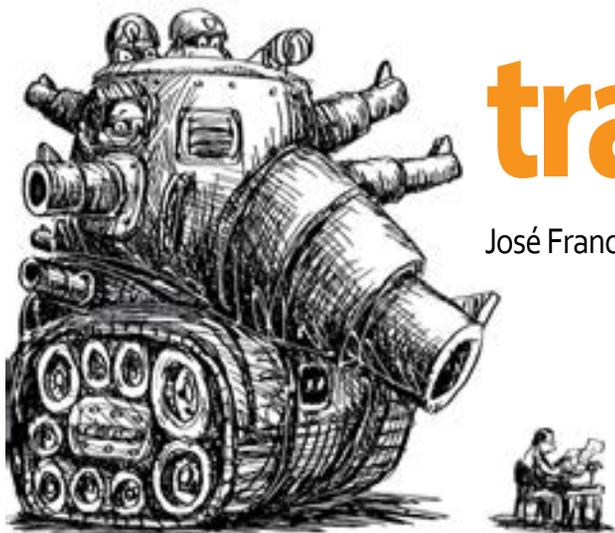
Dir.: Lúcia Murat

Ano: 2011

# A Guerra não declarada aos trabalhadores

José Francisco Barbosa teve 4 profissões e em todas foi perseguido

Divulgação



→ DEPOIMENTO DE JOSÉ FRANCISCO BARBOSA

“**E**u sou o José Francisco Barbosa de Oliveira, bancário. Iniciei minha vida política em Belo Horizonte aos 14 anos como estudante. Particpei de vários movimentos estudantis da cidade. Depois vim pra Brasília da década de 60, ingressei na Universidade de Brasília (UnB), fiz concurso para o Banco do Estado de Goiás. Comecei a trabalhar no banco e imediatamente me filiei ao Sindicato dos Bancários e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Comecei a militância como estudante, como bancário e com movimentos sociais que tinham na época. Comecei como os jovens que tinham sonho de mudar a política governamental. Depois de alguns anos participei do congresso dos bancários e a partir daí fui relacionado na lista negra dos inimigos do governo, os militantes. E fiquei sendo monitorado de 78 a 89. Foi um monitoramento velado que, inclusive, eu não sabia que estava acontecendo. Mas, começou as perseguições no banco. Fui demitido em agosto de 83 sem justa causa, apesar de ter três estabilidades. Era uma estabilidade dada em carteira, a outra por ser delegado sindical, eleito pelos colegas funcionários e por ser membro da CIPA, também eleito pelos bancários. Mesmo com essas três estabilidades fui demitido. Não sabia o porquê. Somente depois fui entender o motivo.

Fiquei desempregado por um tempo, até

mesmo porque não conseguia atestado de bons antecedentes. Era militante, filiado ao PCB. Fiz vários concursos. Da Embratel, do Banco Central, da Petrobras, da Fundação Educacional. Passei em alguns e não fui chamado. Daí comecei a observar que estavam chamando pessoas com classificação abaixo da minha e eu não era chamado. Ameacei entrar com um mandato de segurança para ser admitido. Resolveram me admitir. Fui delegado sindical eleito pelos professores. Fui admitido na Fundação em 8 de março de 83 e fui demitido em dezembro de 83. Sem justa causa também.

Também fui do Jornal de Brasília, demitido em 22 de fevereiro de 83. Quer dizer, fui demitido dos três empregos no mesmo ano, sendo que em dois deles eu tinha estabilidade. Depois disso foi muito difícil arrumar emprego.

Fui muito prejudicado nas relações com a família, amigos. Tive problemas psicológicos, financeiros e de relacionamento com todos à minha volta. A repressão também era silenciosa, era uma tortura psicológica. O golpe prejudicou os trabalhadores.

Eu tinha quatro profissões. Um currículo muito bom para a época. Era formado em administração pela UnB, tinha experiência de quase 15 anos em banco passando por vários setores. Quando eu enviava o currículo, me chamavam para entrevista e ao final da seleção diziam que ‘eu não tinha o perfil necessário’.

Depois uma pessoa me falou que as em-

“ FIZ CONCURSOS PASSEI E NÃO ERA CHAMADO. NINGUÉM ME CONTRATAVA. FUI MUITO PREJUDICADO. EU FUI IMPEDIDO DE ATUAR NAS MINHAS PROFISSÕES. NÃO PUDE TRABALHAR COMO JORNALISTA, NEM BANCÁRIO, NEM COMO ADMINISTRADOR E NEM COMO PROFESSOR.



presas não aceitavam sindicalista e quem era do PCB. Somente em 85 a Fundação Educacional me chamou por que era uma área muito específica e faltava muita gente especializada na época. Não tem dinheiro que pague e nem que apague a tortura emocional e psicológica.”

# Manifesto 50 Anos de Resistência: 1964 – 2014

**N**o cinquentenário do golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, organizações da sociedade civil do Distrito Federal se articulam no Fórum pela Democracia: 50 Anos de Resistência na defesa da memória dos que lutaram contra a ditadura, pela abertura dos arquivos secretos, o cumprimento da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (caso Araguaia) e a correta interpretação da Lei Anistia pelo STF, para que os autores de crimes de lesa humanidade possam ser responsabilizados em juízo para que toda a verdade apareça.

Durante 21 anos (1964 a 1985), em Brasília, se instalaram pela força das armas e pelo conluio de lideranças civis acovardadas do Congresso Nacional, ditadores militares que usurparam o título de Presidentes da República sem o voto popular e a legitimidade constitucional. Forjaram um regime espúrio que cerceou as liberdades democráticas, o livre funcionamento dos partidos políticos, dos sindicatos, das agremiações estudantis, censurou as manifestações culturais, cassou deputados e senadores, perseguiu lideranças sociais e políticas, prendeu, torturou, assassinou e desapareceu com opositores políticos, ao perpetrar violações aos direitos humanos até hoje não apuradas, nem responsabilizados seus autores. Exigimos o direito à verdade histórica!

O povo brasileiro escreveu páginas vibrantes da resistência, tais como a auto demissão dos 223 professores da UnB, em solidariedade aos colegas demitidos e as lutas dos estudantes e professores contra as sucessivas invasões policiais desde 1965 até 1977; no apoio a resistência democrática contra o AI-5, no Congresso Nacional, em 1968 e nas manifestações pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, em 1979. Esta luta política deu origem a lideranças e combatentes da liberdade como Honestino Guimarães (ex-presidente da UNE), Paulo de Tarso Celestino da Silva, Ieda Santos Delgado e Nelson José de Almeida (jovem trabalhador rural), mortos ou desaparecidos em circunstâncias até hoje não esclarecidas. Queremos a memória da resistência!

Este é o sentido histórico que representa o Fórum pela Democracia: 50 anos de Resistência cujo objetivo é agregar e articular as diferentes iniciativas dos mais diversos e amplos setores da sociedade civil, com o objetivo de pensar criticamente as causas e os efeitos do golpe armado, de 1964, suas heranças e a continuidade das resistências democráticas. Consideramos fundamental este momento não só pela carga potencial simbólica dos 50 anos, mas sobretudo, pela urgência da sociedade brasileira resgatar seus valores históricos, políticos, sociais e econômicos.

A comemoração é por esta luta persistente e contínua de todos e todas, trabalhadores e trabalhadoras do campo e das cidades, estudantes, professores, intelectuais, camponeses e povos indígenas, que hoje lutam no país como sujeitos de direito para se aprofundar a democracia, livrar e remover quaisquer resquícios da tirania e da ditadura, como a militarização da Polícia Militar e a impunidade de ontem e de hoje, em nome da reparação, da verdade, da memória e da justiça.

**PARA QUE NÃO SE ESQUEÇA, PARA QUE NUNCA MAIS ACONTEÇA !**

## FÓRUM PELA DEMOCRACIA

- Central Única dos Trabalhadores – CUT Brasília
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG
- Comitê pela Verdade, Memória e Justiça do DF – CVMJ do DF
- Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
- Movimento das Mulheres Camponesas – MMC
- Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA
- Sindicato dos Bancários de Brasília - DF
- Sindicato dos Urbanitários - STIU-DF
- Sindicato dos Trabalhadores de Empresas e Órgãos Públicos e Privados de Processamento de Dados, Serviços de Informática, Similares e Profissionais de Processamento de Dados do Distrito Federal – SINDPD-DF
- Sindicato dos Professores no Distrito Federal – SINPRO-DF

A Comissão da Verdade dos Bancários de Brasília também é um espaço aberto para discussão e levantamento de informações sobre os horrores da Ditadura. Com o objetivo de registrar os acontecimentos desse momento trágico da história brasileira e defender a democracia, a Comissão participou do Fórum pela Democracia em dezembro de 2014 e fez suas contribuições.

# Memória e verdade da Universidade de Brasília

As violações dos direitos humanos contra alunos da Universidade de Brasília e a importância das comissões da verdade

→ PAULO PARUCKER

Hoje em dia, está em curso no país um amplo trabalho coletivo. A Comissão Nacional da Verdade (CNV), comissões da verdade estaduais e municipais, comissões setoriais (como as comissões da verdade de sindicatos, de universidades e outras instituições) são, todas elas, parte do esforço comum de tornar real o direito à memória e à verdade. No dia 22 de abril de 2015, a Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília (CATMV-UnB) apresentou à comunidade universitária e à sociedade o relatório final de seus trabalhos. [Ver <http://www.comissoaverdade.unb.br>]

Por meio desse relatório, foram reveladas graves violações de direitos humanos, como prisões ilegais e torturas. Foram também expostas as estruturas burocráticas e administrativas montadas pela ditadura para perseguir opositores, controlar ideologicamente estudantes, professores e funcionários, espionar e reprimir quem ousasse questionar o regime militar. Em depoimentos prestados à CATMV-UnB, muitos professores aposentados e ex-alunos apresentaram suas memórias sobre o período. Cláudio Almeida, à época estudante de Economia preso na UnB, em agosto de 1968, juntamente com o líder estudantil (e hoje “desaparecido político”) Honestino Guimarães, assim se referiu àqueles dias: “(...) levado às dependências do Departamento de Ordem Pública e Social - DOPS, que funcionava no antigo prédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Ali também funcionava o IPEA, órgão do Ministério do Planejamento, onde trabalhavam alguns ex-alunos da UnB, que me viram algemado e conduzido para uma cadeia localizada no subsolo (...). Essa ca-

deia ainda existe na garagem do banco. Lá já estavam alguns alunos da Universidade, alguns bastante machucados. Mas não permaneci ali por muito tempo, sendo levado a um elevador e conduzido a um dos andares do prédio. Fui colocado contra uma parede, de onde já se via muito sangue no chão. E os policiais se regozijavam, dizendo que olhasse para o chão para ver o que eu deveria esperar (...). Tapas no rosto, chutes, palavrões etc. As meninas eram agredidas, tendo seus corpos manipulados por aqueles animais. (...) Éramos espancados de todas as formas. Telefones, pontapés, murros no estômago e palavrões. (...) Lembro-me de um sujeito muito alto e forte, com um terno branco, aos berros, orientando o que fazer com cada um de nós. Os tapas nos ouvidos, ele mesmo se incumbia de dar. A cada violência daquela, perdíamos por algum tempo a noção do lugar e do tempo. As dores se misturavam com o pavor. Não se distinguia entre homens e mulheres. (...) Lembro-me de algumas meninas chorando, desesperadas e apavoradas, tremendo diante daquele quadro de terror. Dali fui levado para uma cela da cadeia do Exército. Eu já me encontrava muito machucado. Minha cabeça, meu estômago, meu órgão genital, tudo doía. (...) A todo momento era jogada água dentro da cela. E isso foi até a madrugada. Estávamos exaustos e machucados, mas não nos permitiam dormir nem por um minuto. (...) É iniciada uma sessão de choques elétricos. No bico do peito, depois na língua, depois nos testículos. (...)”

É claro que, hoje, muita gente tem conhecimento que aconteceram episódios dramáticos durante ditadura que se instalou no Brasil, entre 1964 e 1985. Porém, uma coisa é saber que houve algo assim, genérico, “vio-

lações de direitos humanos”; outra coisa, muito diferente, é travar contato direto, por meio de depoimentos pessoais das vítimas dessas graves violações, com os detalhes bizarros que compõem esse teatro de horrores. Do mesmo modo, uma coisa é saber que havia os chamados serviços secretos, órgãos de segurança e informações; outra, bem distinta, é ler os inúmeros informes produzidos por agentes infiltrados, por informantes e por espões. Ao nos debruçarmos sobre esses documentos, que relatavam conversas mantidas entre colegas, o conteúdo de aulas ministradas por professores ou de reuniões realizadas a portas fechadas, percebemos com clareza a concretude da ditadura.

Identificamos as conexões existentes entre tais informes e as prisões, as torturas, as estruturas burocráticas que atuavam em rede e os funcionários que mantinham tais estruturas em operação. É por isso que se faz necessário o trabalho das comissões da verdade. Para que deixemos de saber assim, só “por alto”, das atrocidades cometidas durante a ditadura. Para que passemos a tomar contato direto e próximo com os sofrimentos, com os esquemas sinistros, com os crimes praticados por agentes do Estado (em nome do combate à subversão, ao comunismo, à corrupção ou a qualquer outro “demônio” usado para justificar a opressão, a selvageria e a intolerância). Essas são verdades mobilizadoras. A emoção, o sentimento, a capacidade de nos colocarmos no lugar do outro, isso tudo tem um grande impacto mobilizador. A mobilização é necessária porque não se trata apenas de uma busca pela memória censurada e proibida durante mais de duas décadas, mas também de uma luta por justiça. E a justiça, que começa com a verdade, nela não se esgota. É preciso que os responsáveis pelas graves violações de direitos humanos sejam punidos e que as instituições violadoras sejam transformadas:

**PARA QUE NÃO SE  
ESQUEÇA, PARA QUE  
NUNCA MAIS  
ACONTEÇA.**



**Paulo Parucker**  
mestre em História e membro da  
Comissão Anísio Teixeira de Memória  
e Verdade da UnB



**BANCÁRIOS DF**

## **Sindicato dos Bancários de Brasília**

Sede SHCS EQ 314/315 Bloco A - Asa Sul - Brasília (DF) - CEP 70383-400  
Telefones (61) 3262-9090 Endereço eletrônico [www.bancariosdf.com.br](http://www.bancariosdf.com.br)  
e-mail [imprensa@bancariosdf.com.br](mailto:imprensa@bancariosdf.com.br)